



BRASIL AGORA



ANO I Nº 17

15 A 28 DE JUNHO DE 1992

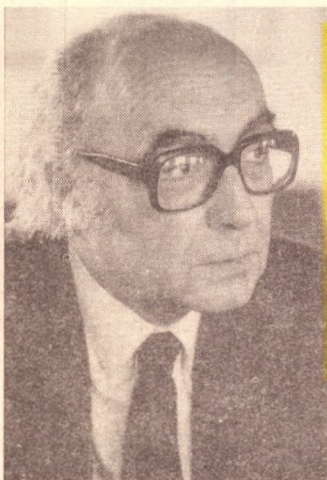
CR\$ 3.000,00



COLLOR, PC & CIA.

A CENA DO CRIME

Na casa da foto, o presidente e seu tesoureiro de campanha decidiam secretamente os destinos do país. Leia tudo sobre a CPI nesta edição.



Saranago

Deus é o grande vilão

LEIA ENTREVISTA EXCLUSIVA NAS PÁGINAS 17, 18 E 19



ASSASSINATO

Peço um espaço ao jornal **Brasil Agora** no sentido de permitir que outras entidades, associações, sindicatos etc., cientes deste caso, se engajem em minha luta.

Eu tinha um filho de 18 anos, Christian Eduardo Tupinã, que foi assassinado em 31 de março de 1991 pela polícia militar de Cuiabá. Estava fora, a serviço da Universidade Federal de Mato Grosso, quando recebi a notícia de que Christian fora baleado e seu estado era grave. Quando cheguei a Cuiabá, já estava morto. Perseguido por uma viatura policial, encurralado numa rua sem saída, foi baleado ao tentar manobrar o carro.

Foram instaurados dois inquéritos. O da polícia civil acusa o soldado e o sargento de abuso de autoridade, homicídio doloso, omissão de socorro e falsificação de provas. O da polícia militar incrimina o soldado e o sargento por "excesso no cumprimento do dever". O processo tramita na Justiça desde novembro e até hoje o juiz responsável não se pronunciou. No meio tempo, o diretor do Departamento de Polícia Civil afirmou que os fatos não requerem apuração: são "cogitações", "conjecturas", "perdidos (sic) de clareza ou substância" decorrentes de uma visão "subjetiva e leiga", "mera revanche". Como leiga, que realmente sou, pergunto: prevaricação não é crime? A sociedade civil está encolhida. Quem se faz representar por corruptos, faz-se agente da corrupção. Quem delega poderes a prepotentes, assume e submete-se à prepotência. Os omissos e os coniventes dão sustentação à arbitrariedade, aos desmandos, ao massacre. Quem dá permissão a tudo isso?

HELOISA MARQUES TUPINÁ
Cuiabá, MT

CONDUTORES

Lamento que **Brasil Agora** tenha noticiado a greve dos condutores paulistanos - matéria intitulada "Todos nós perdemos" na página 4 da edição de 23.05.92 - de forma tão incompleta e unilateral. O interesse da maioria, ou seja, dos 6,5 milhões de trabalhadores que dependem dos ônibus, foi ignorado. A Prefeitura já subsidia o transporte por ônibus até o limite do valor autorizado pelo Orçamento-Programa de 1992. A perda do IPTU e de outras receitas obrigam a Prefeitura a cortar todas as suas despesas exceto o transporte

coletivo. A companheira Luíza Erundina determinou esta exceção porque considera o transporte por ônibus sua máxima prioridade.

Assim sendo, é óbvio que qualquer aumento real dos salários de motoristas e condutores tem de ser repassado à tarifa. Essa é a única razão da Prefeitura ter se oposto à reivindicação do sindicato de 89% de reposição mais 15% de aumento real, o que elevaria o gasto com a folha de pagamento em 117%. O leitor de **Brasil Agora** precisa saber que a Prefeitura ofereceu aos condutores antecipações salariais, que nos primeiros três meses do novo contrato (maio, junho e julho) elevariam os salários em 77,1%, mas seriam descontados os reajustamentos determinados pela legislação federal em vigor. O TRT acabou dando 89,49%, em 3 meses, de reposição salarial, à qual se soma aqueles reajustamentos, o que significa que já em julho próximo os condutores que ganham até 3 salários-mínimos poderão ter um aumento de mais de 50%.

Tudo isso seria ótimo se os trabalhadores que dependem de ônibus também tivessem reposição de 89,49% e pudessem assim enfrentar sucessivos reajustamentos da tarifa acima da inflação. Infelizmente não é o que ocorre.

PAUL SINGER
Secretário de Planejamento do Município (SP)

AUTOCRÍTICA

Conheci muita gente por essas terras bonitas, e todas essas pessoas sem cor me ensinaram a enxergar as cores da vida. Mas quando conheci Prestes ele me ensinou a pintá-las.

Como novo assinante do **Brasil Agora**, *Boletim Nacional e Teoria & Debate*, e com o recebimento de duas edições do primeiro, congratulo-me com seus editores pelo excelente nível dos seus leitores.

Os temas debatidos, tendo como pano de fundo a miséria, são amplamente discutidos. Espiritualismo, preconceito, assuntos nunca antes abordados com a veemência necessária, encontram as páginas certas, ainda que nesta galopante democracia. Espero poder ajudá-la e encontrá-la e solicitar como tema a discussão sobre a autocritica, que defino como sendo uma das melhores armas, ou caminho, pela luta da cidadania. A autocritica é o que molda o caráter do ser humano, traça os seus contornos.

A propósito, vamos repetir aquelas linhas, "aquele que não tiver preconceito que atire a primeira pedra", e deixemos a companheira Anita Leocádia falar.

CLÓVIS DA SILVA MONTEIRO
Santos, SP

CAQUI COM AMORA

Em primeiro lugar, deixo bem claro que não fiz nenhuma solicitação da publicação de minhas observações no jornal

Brasil Agora.

Em segundo, se eu estivesse com intuito de aparecer não escreveria para o **Brasil Agora** e sim para o *Aqui e Agora* ou quem sabe para o *Caqui com Amora*.

Não devemos fazer juízo das atitudes das pessoas pelas nossas atitudes, companheiro Mouzar. Não preciso do meu nome estampado no jornal **Brasil Agora** ou em qualquer jornal para aparecer. Além do mais o companheiro deixou bem claro que publica o que lhe interessa (o *Pravda* fez escola) e encerra o debate quando quer. O jornal é de vocês, não é mesmo?

Quando o "companheiro Mouzar" diz por que não questionarmos também o Paulo Francis, mais uma vez demonstra sua total ignorância sobre a luta dos movimentos negros. O questionamento não é feito só a Paulo Francis, mas a qualquer outro (Globo, Trapalhães, novelas, Gilberto Freyre, jornais etc), sempre foram feitos. Só que este questionamento não deve ser feito apenas pelos negros. Infelizmente a esquerda dominante (branca) não dá importância a essa questão. Só enxerga a luta de "classes". Está esperando acontecer o que ocorreu em Los Angeles para acordar.

Infelizmente, os movimentos negros estão atentos aos discursos enganosos dos "democratas de esquerda". Estamos caminhando com os nossos próprios pés e cabeças. Nossa história é rica em resistência e luta.

Companheiros, leiam Marx, Bakunin, Platão, Maquiavel, Lênin, Stalin, Tche etc., mas também conheçam João Cândido, Cruz e Souza, Palmares, Malcom X, Steve Biko, Solano Trindade, Amílcar Cabral, Diop, Manuel Balaio, Chico Rei, Pastinha, Besouro Mangá, Florestan Fernandes, Perdígão Malheiros.

EDSON ROBSON SANTOS
Carapicuíba, SP

BARBÁRIE

Dia 23 de março deste ano, eu, estudantes secundaristas e sindicalistas fomos brutalmente agredidos pela polícia militar de Pelotas, RS. Participávamos da mediação de um conflito entre estudantes e a diretoria atual da União Pelotense de Estudantes Secundaristas-UPES. O conflito aconteceu porque a chapa vencedora na última eleição da UPES (sustentada ideologicamente e economicamente pelo presidente local do PFL) não respeitou a proporcionalidade no preenchimento de cargos da diretoria que correspondem às outras duas chapas concorrentes.

A situação tornou-se mais grave com a cobrança de Cr\$ 4.200,00 pelas carteiras escolares, já que as empresas de transporte coletivo cobravam Cr\$ 400,00. Em protesto, os estudantes secundaristas se mobilizaram em frente à Câmara Municipal.

Eu e mais dois vereadores fomos convidados para mediar

a negociação entre as chapas, com a finalidade de solucionar o conflito criado. Como o presidente da UPES se negou a assinar o termo de compromisso para regularizar a situação, os estudantes mobilizados decidiram fazer uma vigília de protesto na sede da UPES. O presidente tomou uma atitude antidemocrática chamando a Brigada Militar para nos tirar da sede, pública e dos estudantes.

É muito difícil descrever com palavras a barbárie desencadeada pelos soldados. Bateram em menores de 13 a 15 anos, nos tiraram de dentro da sede para rua como se fôssemos sacos. Invadiram um consultório particular de um dentista, onde se refugiaram alguns desta barbárie. Usaram gás lacrimogênio, jogando-o nos rostos. Bateram com cassetetes, prenderam, algemaram e caçaram.

Não interessava a identidade das pessoas, nem o que elas representavam, eles mesmos estavam sem identificação.

Quebraram os meus óculos e meu nariz em três partes. Tive que me submeter a uma cirurgia reparadora e me afastei temporariamente das minhas funções de vereador, com um ônus econômico grande de atendimento hospitalar.

Porém a solidariedade e o apoio dos companheiros e entidades em geral reconfortam e dão a certeza de que na luta pelo socialismo também teremos de enfrentar a "burguesia" e seus "servidores".

Na trincheira da resistência por democracia, a luta continua!

VEREADOR MILTON RODRIGUES
Pelotas, RS

FORMA PEJORATIVA

Com relação à matéria "Viva a ciranda internacional" publicada por esse jornal em seu nº 13, gostaríamos de repudiarmos a vinculação do corpo feminino mais uma vez a formas pejorativas e negativas.

Nós do movimento de mulheres criticamos, com justeza, a imprensa burguesa que utiliza do corpo da mulher como objeto, reforçando a discriminação e desigualdades a que as mesmas são submetidas na sociedade capitalista.

Acreditamos que esse procedimento não pode continuar a ser adotado também pela imprensa comprometida com os trabalhadores e trabalhadoras deste país. Lutamos por igualdade e contra todo tipo de discriminação, seja ela de raça, de cor ou de sexo.

Esperamos que após uma avaliação desse jornal esse tipo de ilustração não seja mais publicada. Se queremos transformar a sociedade em que vivemos, temos que primeiro mudar nossa mentalidade, cultura e valores. Só assim conseguiremos quebrar com esses valores burgueses que nos foram incutidos e conquistar a igualdade entre homens e mulheres.

Comissão da Questão da Mulher Trabalhadora Metalúrgica de São Bernardo e Diadema.

LANÇAMENTO DO COMITÊ

SUPPLY

MAIS QUE PERFEITO

★

ESPAÇO MAMBEMBE
RUA DO PARAÍSO, 494
DIA 20 DE JUNHO 23 Hs.
Ingressos R\$ 3,75 30%
(Com Glória após as 20h.)

FESTA DA JUVENTUDE PT

ENTRADA Cr\$ 5.000,00

REGISTRO

Recebemos o *INFITEE* - Informativo da Federação Interestadual de Estabelecimentos de Ensino, nº 7 e o jornal *Nossa Nova Cidade*, da Prefeitura Municipal de Diadema (SP). Recebemos também a cartilha de Ecologia *O Meio Perto do Fim???*, elaborada pela Secretaria de Relações Sociais e Sindicais do Sindicato dos Bancários (SP), o Boletim do PC do B (SP), *Questão de Ordem*, e o Boletim informativo da Associação dos Agentes da Inspeção do Trabalho (MG), *Solidariedade*.

BRASIL AGORA

DIRETOR: JOÃO MACHADO. **EDITOR:** RUI FALCÃO. **DIAGRAMAÇÃO:** CELSO MADEIRA. **REDAÇÃO:** FLÁVIO AGUIAR, JUAREZ GUIMARÃES, MOUZAR BENEDITO, RAIMUNDO PEREIRA, VALTER POMAR. **SECRETÁRIA:** ADÉLIA CHAGAS. **SUCURSAL RIO GRANDE DO SUL:** LUCIANE FAGUNDES, JOSÉ LUIZ LIMA E MARCO ANTÔNIO SCHUSTER. **CÓPIASQUE E REVISÃO:** CELSO CRUZ. **DIGITAÇÃO:** ELIZABETE D. DA SILVA. **EDITORIAÇÃO ELETRÔNICA:** CACO BISOL, JOTA E SILVANA PANZOLDO. **COLABORADORES:** ALAN RODRIGUES, ALIPIO FREIRE, ALOISIO MORAIS, ANDRÉ SINGER, ANTONIO CARLOS FON, ANTONIO CARLOS DE QUEIROZ, ANTONIO MARTINS, BERNARDO KUCINSKI, BRENO ALTMAN, CARLOS E. CARVALHO, CELSO HORTA, CÉLUS, CÍNTIA CAMPOS, CLÁUDIO SCHUSTER, DENISE NEUMANN, EMIR SADER, EUGÊNIO BUCCI, FERNANDA ESTIMA, FERNANDO PAIVA, FUMARIONI MAUÉS, FLÁVIA DE SAMPAIO LEITE, FLÁVIO LOUREIRO, DA COSTA, GENARO URSO, IVAN SEIXAS, ISAAC AKCELRUD, JOÃO ANTONIO, JOSÉ AMÉRICO DIAS, JOSÉ ROCHA, JUSTINO PEREIRA, KIPPER, LINETE MARTINS, MANOEL ALVAREZ, MÁRCIA BRAGA, MÁRCIA MOREIRA, MÁRCIO BUENO, MÁRCIO VENCIGUERRA, MARCO AURÉLIO GARCIA, MARCOS SOARES, MARIA LÚCIA BRANDÃO, MARIO AUGUSTO JAKOBSKIND, MARINGONI, MARIANA MEIANI, MARIZA DIAS COSTA, MIADAIRA, NELSON RIOS, NILMÁRIO MIRANDA, OHI, PATO, PATRÍCIA CORNUS, PAULO BARBOSA, PAULO ROBERTO FERREIRA, PAULO ZILBERMANN, PEDRO ORTIZ, PERSEU ABRAMO, ROGERIO SOTTIL, SÉRGIO CANOVA, SÉRGIO SISTER, WALTER ONO, WLADIMIR POMAR. **A OPINIÃO DOS ARTICULISTAS NÃO REFLETE NECESSARIAMENTE A LINHA EDITORIAL DO JORNAL.**

BRASIL AGORA É UMA PUBLICAÇÃO QUINZENAL DA EDITORA BRASIL AGORA LTDA. - ALAMEDA GIETE, 1049 - CEP 01215 - SÃO PAULO (SP). FONES: 220-7198/222-6318. FAX: (011)222-2865. **GERENTE GERAL:** HUGO SCOTTE. **ADMINISTRAÇÃO:** M^{te} AÍCE DE P. SANTOS. **ASSISTENTE:** IVANIIDA ALVES. **CIRCULAÇÃO:** JOSÉ LUIS NADAI, MARIA ODETE G. DE CARVALHO. **ASSINATURAS:** ANA MARIA ALVES, PAULO M. SOLDANO, JO SILVA (DIGITAÇÃO) - FONES: 223.2974 e 220.7718. **EXPEDIÇÃO:** PAULO E. SOLDANO, TONHÃO. **SERVÍCIOS GERAIS:** JOÃO A. GUEVARA, EUSLÂNDIA M. FERREIRA, FERNANDO S. SIQUEIRA, LUCILENE B. SILVA. **IMPRESSÃO:** DIÁRIO DE MOGI. **DISTRIBUIÇÃO:** DINAP S/A.

TIRAGEM DESTA EDIÇÃO: 35.000 EXEMPLARES FORAM IMPRESSOS NO DIA 12 DE JUNHO DE 1992.

JORNALISTA RESPONSÁVEL: RUI FALCÃO



Os anéis e os dedos

Diante do escândalo, convém sacrificar algum bode expiatório. Resta saber se PC Farias aceitará esta condição. Em caso positivo, erga-se monumento à sua consciência de classe - terá sacrificado os dedos para salvar os anéis alheios (ver página 7 e 8).

É por isso que os poderosos querem acabar rápido com o "circo" da CPI. A cada dia, fica mais evidente que a sociedade PC-Collor é filha dileta da fúria privatista, pela qual as elites, têm que responder (ver páginas 9 a 11).

As elites e seus amigos de verde: **Brasil Agora** foi a Brasília e confirmou o que já se suspeitava. A casa onde Collor definiu quem ocuparia os ministérios militares é de... PC Farias (ver página 20).

Para fugir do tiroteio, o presidente se refugiou no Rio de Janeiro. Ladeado pelo governador Brizola, Collor dedicará sua próxima semana a receber dezenas de chefes de Estado e de governo, que vieram ao Brasil participar da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Eco-92.

Precedida por impressionante pirotecnia como prova dos esforços globais por um novo mundo, a Eco-92 pode acabar confirmando que para os países ricos, ecologia é assunto de muita teoria e pouca prática (ver a cobertura da Eco-92 nas páginas 13, 14 e 15).

Enquanto eles vinham, **Brasil Agora** foi ao Velho Mundo entrevistar um homem de fé: José Saramago, um dos maiores escritores de língua portuguesa. Numa bela entrevista concedida a Ivana Jinkings, Saramago fala de literatura, da unificação europeia e do socialismo (ver páginas 17, 18 e 19).

Para o autor de "O Evangelho segundo Jesus Cristo", não se pode construir o socialismo sem uma mentalidade socialista. A conclusão é inevitável: não se pode, tampouco, construir um país sem um projeto de Nação. É por isso que deste governo, nada se pode esperar senão mais crise, mais rapinagens, mais escândalos.

O EDITOR.

A FOTO DA CAPA É DE MARIA TEREZA

OPINIÃO

Por outro Estado

Ao longo de décadas, o Estado brasileiro se constituiu numa espécie de última salvaguarda dos trabalhadores, oferecendo melhores salários, estabilidade no emprego e melhores condições de trabalho. Este tipo de Estado protetor e benemérito interessava tanto aos empresários, que não investiam na valorização do seu pessoal, como aos trabalhadores, que viam a máquina pública como uma reserva de emprego seguro.

As elites tradicionais foram se alternando no governo deste Estado, retirando benefícios dele, mantendo esta visão paternalista já arraigada e repassando algumas migalhas ao funcionalismo público e aos trabalhadores de estatais ou empresas de economia mista. O Estado se tornou cada vez mais pesado, burocrático, "inchado" pelo seu próprio caráter e, sucateado, passou a não servir mais aos interesses da burguesia industrial moderna ou mesmo aos trabalhadores que o viam antes como última salvaguarda de seus modestos interesses.

Diante da crise do Estado brasileiro, os trabalhadores têm um duplo problema: se desfazer da visão paternalista e construir sua própria visão de controle democrático do Estado. Estes não são problemas que se resolvem de uma hora para outra e não há, nem deve haver, um grupo messiânico para fazer isso. O desafio *versus* o imobilismo já estava na ordem do dia quando o PT e seus aliados assumiram o governo de cidades importantíssimas no país.

Esta imersão na realidade, altamente positiva e necessária, acontece no meio do embate entre a cultura corporativa e paternalista e a visão nova, mas ainda embrionária, sobre "o Estado que queremos". Neste "choque", o direito de greve revela-se na sua complexidade. A visão parcial desta ou daquela categoria de trabalhadores, sem levar em conta o papel do Estado na produção de serviços essenciais à sociedade, se confunde com os interesses corporativos dos grupos econômicos que querem o máximo de vantagens em sua relação com o poder público.

Os setores de vanguarda dos trabalhadores tratam o Estado como empresa quando desejam obter conquistas salariais; ou o tratam como um ente etéreo, impreciso, ambíguo, quando reivindicam dele intervenções mais concretas no atendimento das demandas populares.

O lucro do Estado é estender para muito mais trabalhadores-cidadãos a qualificação dos serviços e a infraestrutura necessária ao seu bem-estar. Portanto, o Estado não pode gastar com seus próprios servidores tanto que o impossibilite de dar respostas rápidas às demandas dos amplos setores marginalizados que desejam melhoria da sua qualidade de vida.

A democratização e a racionalização do Estado, ao lado da eliminação dos gastos supérfluos, das mordomias e do combate à corrupção, aliados à va-

lorização dos servidores e dos serviços públicos - o concurso público é aí indispensável - são passos que já estão sendo dados pelas administrações de esquerda no Brasil. Mas é preciso dizer que as despesas com pessoal, para se transformarem em investimentos no funcionalismo público, precisam ser tratadas não como relações bilaterais entre o Estado e seus trabalhadores. Estas relações devem ser negociadas abertamente com o conjunto da sociedade. Desta forma começamos a construir uma concepção de Estado antagônica ao Estado liberal ou neoliberal, lastreada na democracia e na participação consciente de milhares de cidadãos.

Nessa concepção, ainda em formação, o direito de greve é inalienável, mas deixa de ser um momento corporativista de uma categoria para ser um momento de reflexão conjunta não apenas sobre uma situação específica, mas sobre a globalidade da questão do Estado.

OLÍVIO DUTRA
Prefeito de Porto Alegre



OPINIÃO

Greve: nossa arma

O trabalhador nos chamados serviços essenciais pode fazer greve? A resposta passa preliminarmente por outra pergunta: o trabalhador brasileiro pode fazer greve? A Constituição de 1988 diz que sim. Mas para nós, sindicalistas, é evidente que o direito de greve está em perigo neste país.

Em 1989, o Congresso Nacional aprovou uma "regulamentação" deste direito que é uma autêntica lei antigreve. Sem que houvesse pressão suficiente do movimento sindical, estabeleceu a interferência do Estado nos conflitos trabalhistas, transferindo para a Justiça do Trabalho, nossa velha conhecida, o privilégio de considerar uma greve "abusiva". E este privilégio foi abusivamente exercido, criminalizando inclusive greves em setores produtivos.

O quadro recessivo também conspira contra o direito de greve. Em toda parte, o medo do desemprego dificulta as paralisações, mesmo aquelas onde a justiça da reivindicação mais salta aos olhos.

Agora, às vésperas da revisão constitucional de 1993, as forças conservadoras afiam o facão para mutilar

radical e definitivamente este direito, que conquistamos a duríssimas penas a partir das greves de 1978 em São Bernardo do Campo.

A greve no setor de serviços tem de fato uma particularidade: afeta não só o dono da empresa, mas também o usuário. E o problema se acentua nos serviços considerados essenciais, como transporte, saúde e energia.

Esta consciência não implica em desconhecermos as insuficiências de nossa forma de enfrentar o problema. Está na hora de elevarmos esta discussão a um novo patamar dentro do movimento sindical, visando chegar a parâmetros comuns e a uma espécie de *auto-regulamentação* do direito de greve. Grifamos de propósito o termo *auto-regulamentação*, que anda tão na moda no que se refere aos direitos do capital, mas vira tabu quando entram em pauta os direitos dos trabalhadores.

Só não aceitamos que o Estado volte a encarar a questão social como um caso de polícia. E nem que permaneça o abismo entre a importância do serviço prestado e os direitos dos trabalhadores, e dos usuários. Ou será que alguém teria o desplante de dizer que as greves são o grande problema dos transportes, da saúde, do abastecimento de água e demais serviços, sejam eles administrados pelo Estado ou pela iniciativa privada?

Em resumo, propomos, para usar outra palavra da moda, a desestatização do problema.

Queremos também a valorização dos trabalhadores em serviços considerados essenciais, inclusive como condição para a melhoria destes serviços.

Precisamos, ainda, de um sistema de negociações coletivas, de liberdade para nos organizarmos e nos fazermos representar dentro dos locais de trabalho; de uma política econômica e salarial que contrabalance a incessante erosão dos salários pela inflação.

Estamos também interessados em abrir uma ampla discussão com a sociedade civil, em primeiro lugar o povo, o público usuário dos sistemas de transporte, educação, saúde e outros. Temos a certeza de que deste debate sairão propostas valiosas, tanto para melhorar estes serviços como para dar formas mais adequadas aos movimentos grevistas. Assim como aprofundaremos, nos sindicatos e nas instâncias da CUT, o debate sobre critérios consensuais para dar o máximo de eficiência às lutas dos trabalhadores com o mínimo de prejuízos para a população.

Sabemos, por uma longa experiência, que não é difícil alcançar o atendimento e até a solidariedade entre grevistas e usuários - também eles, na sua grande maioria, arrojados e sensíveis à justiça das mobilizações salariais. Este entendimento é o melhor antídoto diante da ofensiva conservadora contra o direito de greve.

JAIR MENEGUELLI,
Presidente Nacional da CUT

Jornada agita o país

A cobrança de reivindicações e da reforma agrária incluiu ocupações e viagem a Brasília

Ocupações de terras e de sedes de órgãos públicos (INSS, Incra, BASA), em dez estados e também em Brasília - onde foram ocupados os ministérios da Economia e da Previdência Social -, mobilizando um total superior a 50 mil trabalhadores rurais, marcaram a sua 2ª Jornada Nacional de Luta, de 25 a 29 de maio.

Foram a Brasília 450 trabalhadores, decididos a cobrar o atendimento às reivindicações apresentadas durante a 1ª Jornada, em abril, constantes da pauta nacional e relativas, principalmente, à Previdência (aposentadoria para mulheres e pagamento de benefícios), recursos (comercialização, crédito para assentados e pequenos produtores, e os específicos dos Fundos Constitucionais), e reforma agrária.

Esse esforço todo resultou em uma colheita magra. A maior parte das questões depende de análises dos técnicos, e de novas negociações - marcadas para junho e julho. O destaque ficou por conta das ações desenvolvidas nos estados da região Norte, ocupando simultaneamente as agências do banco da Amazônia (BASA) nas capitais, e a sua matriz, em Belém, para reivindicar a liberação de recursos do Fundo Constitucional Norte (FNO). Conquistaram os recursos e o atendimento de questões práticas relacionadas à sua liberação para os produtores. E inédito: arrecadaram mais de

Cr\$ 250 milhões para as mobilizações, buscando dinheiro até com comerciantes e industriais, concluindo a Jornada sem dívidas e com o moral elevado.

AValiação. A direção do Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais (DNTR) da CUT, uma das nove entidades integrantes do Fórum Nacional de Luta, coordenador das jornadas, reuniu-se dia 9 e 10 de junho no Instituto Cajamar, em São Paulo, para avaliar a 2ª Jornada e discutir a próxima, prevista para 20 a 25 de julho.

A avaliação dos cutistas foi positiva, mesmo com a ressalva de que as conquistas ficaram distantes do que se pretendia obter (e a conjuntura política, naquela semana, com o auge do escândalo Pedro Collor versus PC Faria, contribuiu para o resultado fraco). Pressionaram a Previdência, estabeleceram canais de negociação diretos com a Secretaria Nacional de Economia, Banco do Brasil e Tesouro, e forçaram o governo a apressar a liberação de recursos para os assentados e pequenos produtores.

A próxima jornada deverá ocorrer em plena campanha eleitoral, com um quadro apertado na questão de recursos (comercialização da safra de inverno e custeio da de verão, e para viabilizar os assentamentos de 1992) e um agravamento da luta pela efetivação da reforma agrária - ou acontece em agosto/setembro, ou então só em 1993, em função da época do plantio.



Manifestantes em frente ao BASA, em Belém, PA

A orientação da direção do DNTR é no sentido de manter as ações planejadas nos municípios, estados e grandes regiões, descartando uma nova ação de massa em Brasília, e investir nas negociações com os técnicos do governo. Em São Bernardo do Campo (SP), está programada uma vigília dia 24/7 ("Vamos acender a chama pela reforma agrária"), e a idéia é realizar eventos do gênero em várias capitais.

MANUEL ALVAREZ

MENTIRAS, MENTIRAS...

Algumas das mentiras do governo sobre a reforma agrária:

1) Assentamento de 100 mil famílias em 90-91. O número real é inferior a 10 mil famílias. Confrontando com a realidade, Cabrera recuou, dizendo que se "engarana", e admitiu terem apenas entregues títulos a assentados antigos.

2) Não há terras disponíveis para as 400 mil famílias do "Terra Brasil". As áreas cadastradas não correspondem à realidade (o cadastro é de 1978), e os números existentes são todos "furados", Terras para desapropriar, o Movimento dos Sem Terra pode indicar milhões de hectares; esse cadastro de 1978 foi atualizado pelos "proprietários" anualmente; e se os números são "furados" é porque as declarações dos "donos" são falsas, e nesse caso, pau neles.

3) Sonegação do ITR. Existem débitos dos cinco últimos anos na Dívida Ativa da União, somando mais de 200 milhões de dólares. Cruzando os dados do Imposto de Renda e ITR, dos 20 mil maiores fazendeiros (os nomes e endereços deles encontram-se nas associações de criadores), a Receita Federal elimina 80 a 90% da sonegação arrecadando mais 50 milhões de dólares. Dinheiro para reforma agrária?

(M.A.)

BRASIGUAIOS

Brasil contra brasileiros sem-terra

Eles foram trabalhar no Paraguai. Polícia e jagunços impedem que voltem.

No dia 24 de maio, 400 famílias, com um total de 1.200 pessoas, de agricultores brasileiros que há vários anos procuravam sobreviver da terra no Paraguai - os chamados *brasiguaios* - iniciaram o regresso para o Brasil, atravessando a fronteira próxima ao município de Sete Quedas, Tacuru e Amambai (Mato Grosso do Sul), na tentativa de armar acampamento na entrada da fazenda Itapoty, que é ociosa e

com documentação suspeita, para reivindicar terras e reaver sua cidadania.

Ao se aproximarem do local, um ônibus que transportava parte deles foi recebido a bala por pistoleiros e policiais da PM, ambos usando o mesmo tipo de armas. Sete caminhões transportando *brasiguaios* também foram detidos depois de atravessarem a fronteira. As famílias ficaram mais de dez horas detidas ao lado do Batalhão da PM em Amambai e num campo de futebol, sem alimento nem água.

Enquanto uma comissão de agricultores recorria ao prefeito de Amambai, Atilson Rodrigues de Souza (Prego), do PT, para intermediar as negociações com a PM no sentido de liberar os caminhões e abrir a fronteira para o regresso de mais 600 famílias que não conseguiram sair do Paraguai, a cidade foi tomada por grupos de jagunços armados. Eles cir-

cularam em conjunto e se postaram em frente à prefeitura e ao redor da praça, onde o restante dos agricultores aguardava o resultado da reunião. Os agricultores ficaram cercados de um lado pelos camburões da PM e do outro por jagunços. O clima de tensão obrigou os comerciantes a fecharem seus estabelecimentos.

A PRESSÃO CONTINUA. Enquanto isso, outro grupo de agricultores e os caminhoneiros que faziam o frete eram ouvidos na delegacia de polícia, onde o delegado José Fernando Machado se negou a registrar queixa contra a repressão feita pelos jagunços. As famílias foram alojadas numa área da prefeitura, onde estão sendo construídas casas populares, e os jagunços continuaram fazendo a ronda. Os fazendeiros afirmaram estar preparados para "fazer" as lideranças do acampamento, citando-

os nominalmente. O vice-prefeito de Amambai, Valdir Perius, também está ameaçado de morte.

A totalidade dos vereadores do município (não há nenhum do PT ou outro partido de esquerda) se posicionou contra a vinda dos agricultores e exige que eles sejam levados de volta ao Paraguai. Através do rádio, incitam a população a se "proteger" dos *brasiguaios* com armas. Os vereadores afirmam, taxativamente, apoiar a ação armada dos latifúndios na região. O comandante de Policiamento do Interior, coronel Edson Borges, declarou à imprensa que a PM está de prontidão na fronteira para impedir o regresso das famílias de brasileiros, pois considera ilegal a sua passagem de um país para o outro sem aviso prévio. A situação continua tensa na região.

EGÍDIO BRUNETO

PEDIDO DE APOIO.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra está pedindo manifestações de apoio aos *brasiguaios* em regresso ao Brasil e aos outros acampados sem terra do estado de Mato Grosso do Sul. Essas manifestações podem ser enviadas ao governador Pedro Pedrossian (fax 067-726-4116), ao secretário da Segurança Pública dr. José Riskalah (fax 061-226-9385), e aos ministros da Agricultura e Reforma Agrária, Antônio Cabrera (fax 061-226-9385), das Relações Exteriores, Celso Lafer (telex 61-1311 e telefone 061-211-6100) e à Câmara Municipal de Amambai, a/c Delídio de Ávila (fax. 067-481-1595).



Um julgamento político

No banco dos réus, a luta pela reforma agrária, representada por seis colonos gaúchos.



CARLOS RODRIGUES / A/E

Govaski (indicado pelo círculo) já estava preso quando o PM foi atingido

Não se trata de crime passionais, nem existem triângulos amorosos ou machistas empedernidos, mas o julgamento marcado pela 1ª Vara do Júri de Porto Alegre para o dia 24 de junho é o mais aguardado nos últimos tempos no Rio Grande do Sul. Justifica-se: o julgamento de seis colonos sem-terra acusados da morte do soldado PM Valdeci de Abreu Lopes é assunto de repercussão nacional e internacional desde o início.

No dia 8 de agosto de 1990, uma manifestação em favor da reforma agrária na Praça da Matriz, centro político da capital gaúcha (à sua volta ficam o Palácio do Governo, a Assembleia Legislativa e o Tribunal de Justiça), transformou-se, por interferência da Polícia Militar, em um conflito que abalou Porto Alegre durante mais de 12 horas. Além do PM morto, outras 72 pessoas ficaram feridas - incluindo a ré Elenir Nunes, atingida por um tiro no abdômen pelo PM que morreu.

PRESOS POLÍTICOS. Quatro dos outros acusados - Otávio Amaral, Idone Bento, Augusto Moreira e José Govaski - amargaram 17 meses de prisão no Presídio Central de Porto Alegre. Foram infrutíferas oito tentativas de seus advogados de obter *habeas corpus*, o que levou os colonos a se considerarem

presos políticos da luta pela reforma agrária no Brasil.

Entretanto, no dia 6 de janeiro de 1992, o juiz-substituto da 1ª Vara do Júri, Aramis Nassif, aceitou um pedido de relaxamento de prisão apresentado pelos advogados Luiz Goulart Filho, Ricardo Cunha Martins e Carlos Frederico Guazzelli e libertou os colonos. Na sua decisão, o juiz lembrou: "Os movimentos e reações continuarão provocando vítimas inocentes, réus, processos e julgamentos até que seja despertada a atenção para a grave advertência do poeta: *Se un pueblo sus duras cadenas no se atreve a romper com sus manos, puede el pueblo mudar de tiranos, pero nunca el ser libre podrá* (José Martí, poeta cubano)."

Nassif recorda ainda que a Constituição, em seu Artigo 5º, inciso LXVI (ninguém será levado à prisão ou nela mantido, quando a lei admitir a liberdade provisória com ou sem fiança) ampara o pedido dos sem-terra. A situação é reforçada pela inexistência dos requisitos do Artigo 312 do Código de Processo Penal (que limitam as situações para aguardar julgamentos em liberdade).

AGUARDANDO ABSOLVIÇÃO. Libertados depois de 17 meses de prisão, quatro dos seis acusados preocupam-se em reconstruir suas vidas. Três deles - Idone Bento, José Govaski e

DEFESA E ACUSAÇÃO ESPERAM VITÓRIA

A acusação e defesa reafirmam sua convicção na vitória no processo, desde que respeitados exclusivamente os princípios jurídicos. Edson Brozoza, famoso no Rio Grande do Sul por defender policiais civis e militares acusados de excesso no exercício de suas funções, aposta na condenação dos réus. Brozoza atuará como assistente de acusação do promotor Francisco Bergman, insistirá na tese de co-autoria da morte do PM pelos seus acusados e apresentará como principal argumento o reconhecimento dos réus por testemunhas.

Advogado criminalista há 12 anos e professor de Processo Penal da PUC gaúcha, Brozoza e Bergman terão que enfrentar, do outro lado, um grupo igualmente capaz, todo composto de advogados qualificados e professores de Direito. Porta-voz do trio, Ricardo Cunha Martins está tranqüilo da absolvição de seus clientes, se forem respeitadas as mais simples regras do Direito.

Insistindo na convicção de inocência dos réus, Martins lembra que os reconhecimentos alegados pela acusação não têm qualquer valor judicial quando examinados segundo os critérios do Código de Processo Penal (CPP). Recorda inclusive que existem fotos e depoimentos que mostram ser insustentáveis os argumentos da Promotoria. Martins salienta ainda uma importante vitória durante a tramitação do processo - a 3ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça considerou, por unanimidade (sem direito a recurso), que não houve homicídio qualificado - ou seja: a morte do PM não aconteceu por emboscada, à traição ou por surpresa. Entretanto, se condenados, os colonos podem ser sentenciados de seis a vinte anos de prisão. (J.L.L.)

Otávio Amaral - deram esta entrevista exclusiva ao **Brasil Agora**. Idone já está assentado no município de Capela de Santana e é presidente da cooperativa do assentamento. José Govaski decidiu voltar a estudar - no Seminário São Pascoal, em Três Passos - e pretende ser frei ou até padre. Otávio Amaral foi sorteado em fevereiro para assentamento no município de Piratini, mas enfrenta desde então a resistência de setores do governo que alegam ser proibido conceder lotes a quem responde processo judicial.

Vocês estão convictos da absolvição?

Idone - Olha, se o julgamento for dentro da lei, haverá justiça e nós seremos absolvidos. Tememos que haja influência política sobre a decisão. Mas estamos muito tranqüilos.

Govaski - Tenho muita fé em Deus e convicção da nossa inocência. Se existir justiça, vamos ser absolvidos. Existe o perigo de se culpar inocentes para dar uma resposta à sociedade.

Otávio - Me mantive tranqüilo desde o início, nunca perdi o sono no Presídio Central por causa da acusação de ser o autor do golpe que matou o brigadiano. Nunca passou pela minha cabeça ser condenado. Ainda acredito na Justiça, apesar de tudo que fizeram com a gente. Não sei se os que nos apontaram como envolvidos nos casos terão coragem de dizer olhando no olho da gente: "Eu vi esse cara lá". Mas o ser humano é capaz de tudo... Espero que os jurados decidam com base no processo e não na repercussão do fato. Se for com base no processo nós seremos absolvidos, pois não existem provas.

JOSÉ LUIZ LIMA,
de Porto Alegre

LINETE MARTINS,
de Florianópolis

FRASE. Saio do Inbra, se não assentar as 50 mil famílias previstas no Terra Brasil para este ano", - teria dito Renato Simplicio Lopes, presidente do órgão. Dado o andamento da carruagem, pode limpar as gavetas...

FEDERAIS INVADEM SEDE DO MST

Vinte dias antes do julgamento dos seis colonos acusados da morte de um PM, a sede do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST) no Rio Grande do Sul foi "visitada" pela Polícia Federal, atendendo uma vaga ordem judicial do juiz de Passo Fundo, Nylson Paim.

Por ordem do juiz da 8ª Vara Federal, Rômulo Pizzolatti, para que fosse atendido o pedido de seu colega de Passo Fundo, a sede do Movimento dos Sem-Terra do RS foi ocupada por agentes federais que sequer sabiam ao certo que documentos apre-

ender.

A intenção do juiz de Passo Fundo é estabelecer vínculos da Associação Nacional de Cooperativas

Cooperação Agrícola (ANCA) com as iniciativas de ocupação de área no Rio Grande do Sul como maneira de pressão em favor da reforma agrária. A operação comandada pela Polícia Federal acabou misturando amadorismo com desinformação. Sem saber que no local tinham sede outras entidades como o próprio MST e a Pastoral da Terra, os policiais federais ficaram em dúvida de como agir.

Inicialmente, eles pretendiam recolher todos os documentos que encontrassem, mas acabaram recuando diante da ação do presidente da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos, deputado Antônio Marante (PT), e de seus colegas Beto Albuquerque (PSB) e Jussara Cony (PCdoB).



RESTRICÇÕES AO PMDB

Marcada pelo alto índice de abstenções, a primeira reunião do Conselho Deliberativo Estadual do PT de Santa Catarina aprovou a coligação com o PMDB em 17 municípios e reprovou em seis. Em Planalto Alegre, Ipumirim e Victor Meireles a condição para aceitar a aliança é o PT estar na cabeça-de-chapa. Em Taió, o partido só coliga se indicar o vice. O Conselho, reunido dias 6 e 7 de junho, em Florianópolis, deixou de analisar 11 casos remetidos para a Comissão Dirigente Estadual.

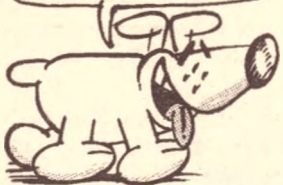
Cumpriu-se assim a decisão do 8º Encontro Estadual do partido, realizado de 22 a 24 de maio, em Rio do Sul. O Encontro suspendeu todas as negociações com o PMDB. A direção estadual queria informações mais precisas dos municípios sobre a realidade local, o perfil do PMDB e a disposição desse partido de assinar um protocolo com 13 pontos.

O coordenador estadual do GTE, Romeu Daros, explicou que as coligações com o PMDB ficaram resumidas praticamente a pequenos municípios. "Só fizemos aliança com os peemedebistas onde não existia a possibilidade de coligações mais à esquerda, do tipo Frente Popular. Nossa visão sobre o PMDB, que não tem uma proposta democrática e popular, não mudou. Tratamos esses casos como exceção, conforme as decisões partidárias", disse Romeu. As numerosas abstenções são creditadas à dificuldade de muitos integrantes do Conselho de decidirem com as informações disponíveis.

Os municípios onde o PT coliga com o PMDB são: Pínhazinho, Sul Brasil, Ouro, São José do Cedro, Santa Helena, São Domingos, Mondai, Riqueza, Guarujá do Sul, Forquilha, Sombrio, Palhoça, Guaraciaba, Luiz Alves, Porto União, Presidente Getúlio e Calmon. O PT decidiu não coligar em Fraiburgo, Brusque, Joaçaba, Turvo, Curitiba e Chapecó.

CLÁUDIO SCHUSTER,
de Florianópolis

WEFFORT DEU NOTAS AO MINISTRO MARCELLO NA EXAME VIP. VIROU SOCIOLOGO VIP!?



Adesão à greve é total

A ameaça da desregulamentação e da privatização unifica a luta de todos os portuários

Trabalhadores dos portos de todo o país deram início, nesta terça-feira, dia 9, a um amplo movimento de protesto contra o Projeto de Lei nº 8 do governo federal, que prevê a desregulamentação das atividades portuárias. A desregulamentação, em síntese, significa a extinção das categorias profissionais de trabalhadores portuários, assim como a abertura da exploração de portos brasileiros ao capital privado.

Na manhã de terça, uma manifestação de portuários - ampliada pelos trabalhadores de outros sindicatos que compõem o Fórum Sindical da Baixada Santista - percorreu as ruas do centro de Santos, concentrando-se, finalmente, na Praça Mauá, em frente à Prefeitura, onde foi exibido um caixão, simbolizando o projeto do governo. Às sete horas da manhã de quarta-feira, foi deflagrada a greve nacional dos trabalhadores de portos que, em Santos, contou com a adesão total. "Parou tudo", declarou Wellington de Souza Costa, vice-presidente do Sindicato dos Empregados na Administração do Porto de Santos. "E não foi só em Santos", acrescentou. "Pelo que estamos recebendo de informações, também estão parados os portos de Itajaí, Rio de Janeiro, Recife, Vitória, Paranaguá, Porto Alegre, São Francisco, São Luís e Salvador."

A MOBILIZAÇÃO. Algumas delegações de dirigentes de sindicatos de trabalhadores portuários estão acompanhando, em Brasília, a tramitação do substitutivo ao Projeto de Lei nº 8 apresentado pelo deputado José Reinaldo Tavares (PFL/MA) no Congresso Nacional. Ainda no dia 9, começaram a ser votadas 506 emendas ao substitutivo que, eventualmente, podem alterar o próprio miolo do projeto. Um dos pontos mais defendidos pelos sindicatos refere-se à gestão tripartite do porto e esta é uma das propostas contempladas no substitutivo que vai ser votado.

Em Santos, a prefeita Telma de Souza (PT), que não pôde estar presente devido ao compromisso assumido anteriormente de comparecer ao Fórum Global (conferência paralela da



Apoio popular é indispensável para vitória do movimento

Eco-92), explicou à população, através de mensagem transmitida pelas rádios locais, a importância de defender a luta dos trabalhadores. "Santos tem o maior porto da América Latina e a Prefeitura tem um importante papel de gerenciar neste momento difícil, doloroso

e apreensivo que estamos vivendo", dizia a mensagem. "Estamos juntos mas não podemos nos desmobilizar, sob pena de não darmos garantias para as negociações que estão sendo feitas em Brasília." Em Brasília, na noite de terça-feira, foi realizada uma reunião, na

bancada do PFL, entre representantes dos trabalhadores e do governo, com o objetivo de evitar a votação da matéria na Comissão Especial dos Portos, pois esse encaminhamento, no entender dos sindicalistas, poderia levar a posições de confronto.

MIGUEL ARANTES

MAIS UM INSUCESSO DE OZIRES

Pobre Ozires Silva. O ex-superministro da Infraestrutura corre o risco de colecionar um novo insucesso em sua sanha de privatizador de estatais e mandante de demissões em massa. Em Santos, ao tempo em que era superministro, pegou a prefeita Telma pela proa: não conseguiu consumir a dispensa de milhares de portuários. Em São José dos Campos, onde exerce a superintendência da Empresa Brasileira de Aeronáutica (Embraer), Ozires anunciou o corte de 2.800 trabalhadores, de um total de quase 8.300. Mas enfrentou a resistência do Sindicato dos Metalúrgicos e de uma ampla frente social.

No último dia 2, o Tribunal Regional do Trabalho (TRT) de Campinas, julgando ação impetrada pelo Sindicato, concedeu estabilidade de três meses a todos os empregados da Embraer, confirmando liminar que suspendia as demissões. E mais: reajustou em 90% os salários de abril. O afã privatista do governo sofreu assim um revés, pois aos possíveis compradores privados da Embraer não interessa arcar com o custo das demissões: só serve se elas forem pagas com dinheiro público.

De qualquer modo, a empresa insiste nos seus planos de corte de pessoal, pressionada por uma dívida de US\$ 800 milhões. Assim, dos funcio-

nários que estavam em licença remunerada, 2.435 não foram convocados para voltar ao trabalho. É tida como certa a demissão deles, ao final do período de estabilidade.

Ao mesmo tempo, os trabalhadores articulam a resistência com outros setores da sociedade interessados na manutenção da Embraer e contrários ao crescimento do desemprego. O movimento "Em defesa da Embraer" é constituído por um vasto leque de forças, desde a Convergência Socialista, que dirige o Sindicato, até partidos conservadores como PL, PMDB e outros. Também compraram a briga a Frente Brasil Popular (PT-PSB-PCdoB), recriada na cidade com o fim de disputar as eleições deste ano, o PSDB - favorável à privatização, mas não ao método adotado - e diversas entidades sindicais e populares.

A Frente Brasil Popular está exigindo que o prefeito Pedro Yves (PRN) decreta estado de calamidade pública. O movimento definiu um calendário de lutas e será muito difícil, em pleno auge da campanha eleitoral (início de setembro), demitir mais de 2 mil pessoas. Azar do Ozires, azar do Collor.

MARCOS SOARES,
de São José dos Campos

VOCÊ SABE POR QUE MUITOS DOS EVENTOS POLÍTICOS E CULTURAIS QUE A ESQUERDA PROMOVE NÃO DÃO EM NADA?

Porque é preciso gente especializada e competente administrando esses acontecimentos. Gente que possa, com poucos recursos, transformar simples idéias em fatos marcantes e inesquecíveis.

GAUCHE. PRA ESQUERDA FAZER E ACONTECER.



GAUCHE
Eventos e Promoções
Av. Rio Branco, 156 • Conj. 503
Ed. Avenida Central
Rio • RJ • CEP 20043

GAUCHE

Tel (021) 262 1236
FAX (021) 262 4841

OS RÉUS CONFESSOS ...

Os primeiros depoimentos confirmam a tática da direita: sacrificar PC para salvar Collor



O prudente PC Farias falou demais na CPI ...

Para o governo a CPI é praticamente uma encenação; a decisão já está tomada. Como disse o governador da Bahia, Antônio Carlos Magalhães, após jantar com o também baiano Benito Gama, que ele praticamente nomeou presidente da CPI que investiga as denúncias do irmão do presidente, Pedro Collor: "A comissão vai pegar o PC", mas "pelas coisas pequenas", "pelo IR", por exemplo. A frase de ACM poderia ser considerada até imprudente, agora. Duas semanas depois do início da CPI e do jantar de ACM com Benito, PC Farias, após um bombardeio de perguntas de mais de seis horas, segundo a unanimidade dos comentaristas que assistiram seu depoimento no Congresso, praticamente confessou diversos crimes.

A previsão de ACM para o desfecho da CPI reflete as intenções e o plano do governo: é preciso que PC aceite a punição branda que os governistas estão dispostos a fazer a CPI aprovar contra ele. E rapidamente. Os chefes governistas querem uma CPI rapidíssima, para minimizar os desgastes do governo. E o problema é que PC continua a dar sinais de inquietação: no "Painel" da *Folha de S.Paulo*, para onde PC às vezes telefona diretamente, saiu na quarta, dia 10, uma nota dizendo que ele certamente não aceita cair sozinho.

CAMINHOS. O plano do governo para a CPI pode ser muito bom, mas o problema são os outros, portanto. E não apenas PC Farias. O governo perdeu a maioria na CPI com o gesto curioso do senador Espiridião Amin, do PDS, de indicar para uma das vagas de seu partido - em represália a divergências catarinenses dos seus amigos com os do PFL de Bornhausen - o senador José Paulo Bisol, do PSB.

Para compensar a perda do PDS, disse Collor, referindo-se à CPI em entrevista recente, temos o PDT. O PDT, de fato, se opôs inicialmente à CPI. Até mesmo foi além: na abertura dos trabalhos da Comissão distribuiu um jornal com uma dezena de matérias procurando comparar a CPI atual com a tentativa da direita udenista de investigar crimes da Presidência da República, o que levou ao suicídio de Getúlio Vargas, em 1954. Ocorre, porém, que, na CPI, mesmo que esteja empenhado em concluir logo os trabalhos - como os governistas -, o PDT já fez várias propostas formais de punição para PC que seguramente impossibilitam o acordo pretendido pelo governo com o tesoureiro das campanhas de Collor.

Uma proposta de Wilson Miller (PDT-RS) pede o confisco imediato de todos os bens de PC. Um requerimento de Vivaldo Barbosa (PDT-RJ) pede o indiciamento imediato de PC em crimes de advocacia administrativa, peculato, prevaricação e burla das leis eleitorais. PDT e governo, portanto, não devem seguir juntos nesta CPI.

Qual a causa da oposição nesta CPI, no entanto? A dificuldade de uma resposta para esta questão é o que dá uma certa folga ao bloco governista. Depois dos depoimentos de Pedro Collor, de PC e do ex-secretário particular do presidente, Cláudio

Vieira, ainda não se tem uma avaliação mais precisa do que será o comportamento do maior partido do bloco da oposição conservadora, o PMDB. Ainda não depôs - nem está convocada ainda para depor talvez a principal figura do PMDB que pode influir decisivamente neste inquérito: Renan Calheiros.

Calheiros, que há pouco voltou ao PMDB, tem conversado muito com Quéricia. É ex-líder de Collor no Congresso. Foi o homem que Collor abandonou - apunhalou, pelas costas, é o que Renan acha - quando permitiu - incentivou, diz Renan - que PC e Rosane Collor atuassem de forma avassaladora contra ele na campanha para o governo de Alagoas nas eleições de 1990.

Renan deporá como peemedebista? Deporá como quercista, o que é distinto? Deporá como esquerda, que já foi e como lhe está sendo pedido por alguns? Sabe-se que Quéricia não tem o menor interesse que o PMDB conduza as investigações em curso para o campo de uma devassa nos esquemas eleitorais baseados em associações como as de Collor com PC Farias. Por motivos óbvios: seus esquemas são diferentes dos de Collor na forma, não no conteúdo. Ele é mais antigo na política, tem mais experiência, e seu caixa não se chama PC Farias - é o Zé Português, diz a revista *Veja*. Esperava-se, inclusive, para meados de junho, um dossiê da revista *Veja* denunciando esquemas de preparação de financiamento da futura campanha presidencial de Quéricia. Tais denúncias o deixam mais prudente ainda.

ESQUERDA. O problema da oposição não é apenas o do PMDB. A CPI, como todos sabem, foi criada a despeito dos interesses da oposição conservadora. De fato, quem empurrou a CPI para a frente, e quer que ela vá mais longe, é a esquerda. E a esquerda ainda não sabe até onde pode ir. Nem mesmo fez, até agora, qualquer debate maior sobre os rumos políticos da CPI, para combinar uma atuação conjunta nas investigações e nas intervenções durante os depoimentos. Na terça-feira, inclusive, durante o interrogatório de PC Farias, o senador Bisol, socialista, acabou fazendo uma intervenção a respeito dos direitos do réu que, pela forma como foi colocada, acabou dando margem para um ataque governista ao senador Eduardo Suplicy e ao deputado Vivaldo Barbosa, empenhados em apertar o acusado.

PC teve enorme liberdade para se defender e propagandar seus pontos de vista, no depoimento dessa terça-feira 9. E Vivaldo apenas apontou os pontos do Código Penal pelos quais PC poderia ser condenado. Suplicy, por sua vez, apenas denunciou, com precisão, interferências indevidas do advogado de PC, Mariz de Oliveira, no depoimento. Em função da oratória inoportuna de Bisol, porém, o senador Maurício Correia (PDT-DF) acabou tendo oportunidade de fechar o longo trabalho da Comissão com PC com considerações a respeito dos direitos do homem e do cidadão tesoureiro de Collor tão longas quanto despropositadas.

As dificuldades da esquerda podem ser ilustra-

das, também, com as palavras do deputado Aloisio Mercadante (PT-SP). Mercadante interveio no interrogatório de PC para apresentar os trabalhos que seu partido vem fazendo, com ajuda do Sindicato dos Auditores Fiscais, para provar as fraudes no Imposto de Renda do acusado. Garantiu que o PT em pouco tempo terá provas definitivas dessas fraudes. Que PC não tem como explicar a brutal elevação - 1976,9% - de seu patrimônio de 1989 para 1990. E esse enriquecimento repentino ocorreu exatamente no ano em que - segundo o depoimento de Pedro Collor a *Veja* - PC teria se apossado de vários milhões de dólares da campanha do presidente. Mas, dizia ele, teremos de nos contentar neste caso, com a condenação de PC Farias por fraude fiscal?

A CPI é um órgão político; a CPI tem poderes de intimar os depoentes e obrigá-los a depor, mas o seu papel essencial é cuidar dos interesses sociais mais amplos, políticos. Os governistas, em acordo com a oposição conservadora, definiram a CPI sobre as denúncias de Pedro Collor como tendo por objetivo buscar os ilícitos *penais* nas ações de PC Farias, uma forma de tentar limitar, de antemão, o seu resultado objetivo. A CPI só foi constituída depois de Pedro Collor dizer que PC era "testa de ferro" do presidente. E por essa razão. A CPI trata da relação Collor-PC, portanto

MENTIRAS. Nesse sentido, com vistas a ajudar a cumprir o objetivo real da CPI, de descobrir as relações políticas diretas das ações ilícitas de PC Farias com o presidente, *Brasil Agora* apresenta nesta edição uma reportagem importante: identifica a casa de PC Farias ao lado da Casa da Dinda, até então escondida por pistas falsas e cercada por um esquema de segurança; e, o que é mais grave, mostra que PC mentiu, ao dizer na CPI que Collor nunca esteve lá. Foi lá que Collor fez, pelo menos, a última e decisiva reunião que definiu os nomes de seus ministros militares (veja a matéria na página 20). A constatação é um primeiro passo no caminho que possivelmente permitirá trazer a público o esquema sigiloso de reuniões entre Collor e PC Farias durante os primeiros meses do governo collorido.

Sempre foi voz corrente em Brasília que Collor e PC Farias tinham, dos tempos de campanha até os primeiros meses de governo, uma reunião quase que semanal, regular, na Casa da Dinda. A revista *Isto É*, na sua edição da primeira semana de novembro de 1990, chegou a dizer, inclusive, que as reuniões eram parte do cerimonial do poder novo instalado em Brasília, tão sistemático quanto as subidas e descidas da rampa do Planalto pelo presidente.

Ninguém, no entanto, tinha ligado essas reuniões com a CPI. O primeiro a fazê-lo, numa fala cuidadosamente preparada para a revista *Veja* que saiu logo após o número-bomba com a entrevista de Pedro Collor, foi Renan Calheiros. Renan se acha com milhares de razões para considerar que PC é apenas o braço financeiro de uma política ditada direta, pessoalmente, sigilosamente, por Collor. Acha que PC movimentou uma massa inacreditável de recursos

... OS RÉUS OCULTOS



... em que o primeiro irmão achou por bem tergiversar.

da caixinha política de Collor para esmagá-lo em Alagoas em 1990. Recentemente, passou a andar com o recorte da entrevista do presidente do Tribunal Regional de Alagoas, que também denunciou o maciço esquema de corrupção montado naquelas eleições. E que fez com que a Justiça Eleitoral tivesse de, há pouco, anular meio milhão de títulos eleitorais naquele pequenino estado. Na *Veja*, Renan vai mais longe em sua denúncia: caracteriza as reuniões Collor-PC como *despachos*. Dito de outra forma, por bom entendedor: mesmo depois de eleito, e por vários meses antes que estourasse o escândalo PC Farias, Collor e PC se reuniam para tratar da forma e do uso da caixinha que PC fazia junto aos grandes proprietários em nome do presidente. Exatamente como disse Pedro Collor.

DETALHES TÃO PEQUENOS. A CPI já poderia ser encerrada com um saldo de alguns peixes pequenos, presos por pequenos detalhes, como o da carteirinha falsa que permitiu ao Congresso casar o deputado Jabes Rabelo. PC já pode ser condenado, dependendo de decisão política. Pedro Collor não é santo, já se viu; no revertério de suas denúncias contra PC surgiram, através da revista *IstoÉ* e do jornal *O Estado de S. Paulo*, por exemplo, acusações e até confissões dele próprio, de crimes em tudo semelhantes aos que ele atribuiu ao seu rival.

Com uma diferença, no entanto. Collor não é seu aliado. O presidente, há poucos dias, para prejudicar as denúncias do irmão, divulgou através da sua assessoria de imprensa a carta que Pedro lhe enviou, logo no início do governo, para livrar-se das denúncias de tráfico de influência que PC lhe fazia. Pedro está irado porque não conseguiu parte do botim que se disputava, acredita-se. PC o denunciou, na época, porque as ações de Pedro prejudicavam o seu esquema com Collor.

Diante do esquema Collor-PC, que está sendo denunciado, as condenações que a CPI possa recomendar contra Paulo, Pedro, Cláudio, Beltrano ou Mengano são detalhes, realmente. Por essa razão, talvez, a esuquelha começou a perseguir as pistas do esquema já no primeiro depoimento de Pedro Collor. E avançou no depoimento de PC Farias.

Aldo Rebelo (PCdoB-SP) e José Genoíno (PT-SP) conseguiram até divertir o bloco compacto de pessoas que se amontoavam na abafada sala da CPI na terça-feira. Levaram PC Farias a dizer que as diversas reuniões que fez com Collor depois que ele assumiu a Presidência ocorriam na Casa da Dinda ou no Palácio do Planalto para tratar de problemas corriqueiros da vida de cada um; amenidades talvez, como disse Genoíno.

PC cometeu outro erro ainda quando, sem perceber, tentou usar a mesma expressão que Collor usou quando quis, em entrevista à *Veja*, em março deste ano, legalizar e encerrar o esquema entre os dois. Collor disse que há um ano e oito meses exatamente não via seu amigo PC. Fez isso porque

todas as colunas sociais destacaram a presença de PC na festa de seu aniversário no dia 12 de agosto de 1990, na casa do empresário Eduardo Cardoso, em Brasília. Com isso Collor confirmava o que todos sabiam e ajudava a manter a cortina de sigilo que se erguera a respeito do local, hora e motivos de seus encontros sistemáticos com PC Farias.

Na CPI, PC Farias disse também que há um ano e oito meses exatamente não via seu amigo Fernando Collor. Esqueceu-se de que estava falando em junho de 1992, não em março como Collor. Com isso, disse que encontrou-se com Collor em outubro de 1990. A lógica, além da ironia, permite perguntar: foi uma reunião secreta?

CONFESSOS E OCULTOS. A esquerda procura ir, portanto, além dos réus que já confessaram seus crimes na CPI, mesmo sem ter ainda certeza de que esses peixes pequenos serão punidos. Tem razão. Vista a questão de um modo político mais amplo, é preciso denunciar inclusive o que vai além das convenções contra o presidente Collor. Collor não se elegeu presidente e nem recebeu os recursos monumentais da campanha, e eventualmente o troco restante para uma caixinha política nos primeiros meses de governo, por causa do gel que passa no cabelo. Muito menos pelo gênio financista que tem PC Farias. Sua ascensão à Presidência é uma aventura longa e complexa que começa com a eleição para o governo de Alagoas e a campanha de gastos - também sob coordenação financeira de PC - com vistas a torná-lo o Caçador de Marajás, campeão do sonho neoliberal de enxugamento do Estado. Essas teses foram financiadas pelos interessados.

Hoje, parece que os interessados que apostaram na dupla Collor-PC são apenas gente miúda e de mãos sujas.

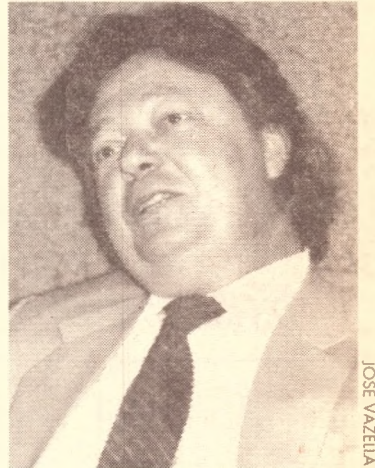
A uma certa altura da CPI, com sua grande habilidade de interrogador, o deputado Vivaldo Viana foi levando PC Farias à conclusão lógica de que ao longo da campanha eleitoral para a Presidência ele foi conhecendo e fortalecendo um círculo de amizades que chegou ao poder e passou a desfrutar do poder. Em repostas anteriores, PC Farias deu nomes dessa confraria. Alguns são desconhecidos do grande público e são os que apareceram pior na sua história, como Ironildes Teixeira, Gomes Mena, Guy de Longchamps. As investigações sugerem que eles são o vínculo para localizar os dólares secretos do esquema em que PC Farias está envolvido. Mas os homens grandes, de mãos consideradas limpas, são os que deram os recursos próprios para a caixinha de Collor. São nomes conhecidos e PC os citou - industriais, banqueiros, latifundiários, empreiteiros, como Lira, Odebrecht, Moreira Salles.

Esses aparecem bem. Quando muito seriam pessoas altruístas que deram dinheiro para a política e são vítimas de uma legislação eleitoral que precisa ser mudada. A favor deles, é claro.

RAIMUNDO RODRIGUES PEREIRA

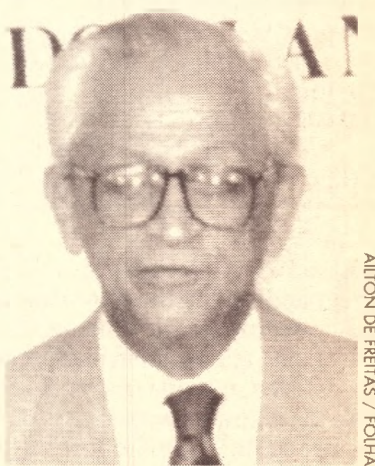
A GRANDE FAMÍLIA

Cláudio Vieira, foi secretário particular do presidente. É acusado de intermediar favorecimentos. PC Farias assumiu a condição de coordenador financeiro da campanha presidencial, quando, perante a lei, o tesoureiro oficial era Cláudio Vieira. Depôs na CPI na última quarta-feira, negando tudo.



JOSÉ VAZEIRA

Marco Coimbra, cunhado do presidente. Secretário da Presidência da República. Coimbra teria pressionado o presidente da Petrobrás a favorecer Wagner Canhedo, proprietário da então recém-privatizada VASP. Collor considera Coimbra como um pai. Ele teria muito o que contar sobre esse "filho" dileto.



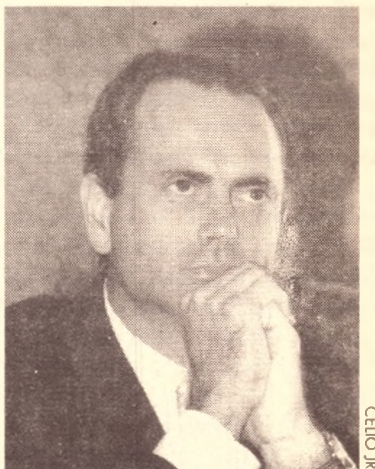
AILTON DE FREITAS / FOLHA

Romero Farias, ex-segundo homem do Ministério da Saúde, suspeito de negociações envolvendo a compra de medicamentos para a CEME. O seu eventual depoimento poderia ser muito edificante, na medida em que pudesse desvendar mistérios que ainda pairam sobre a saída de Alcení Guerra. PC o incriminou, indiretamente, na CPI



ANDRÉ DUSEK

Paulo Octávio, amigo de juventude do presidente, articulador da campanha collorizada em Brasília. É citado como um dos beneficiários das operações que o grupo íntimo do presidente desenvolveu junto aos órgãos públicos, entre eles a tramitação acelerada de empréstimos favorecidos.



CÉLIO JR

Pedro Paulo Leoni Ramos, o "PP" - ex-secretário de assuntos estratégicos: fala-se que a rede de corrupção que ele comprovadamente montou na Petrobrás seria apenas um dos tentáculos do esquema PC-Collor. A CPI precisa investigar esta hipótese, além de verificar as evidências de uma possível conexão "PP"-Eduardo Modiano



JOSÉ PAULO LACERDA / AE

Modiano entra na roda

Já estão em poder da Justiça documentos que revelam a estranha ação do presidente do BNDES no caso da Petroquisa



O juiz Constantino Alves Oliveira, titular da 16ª Vara da Justiça Federal, no Rio de Janeiro, tem em suas mãos um caso explosivo. Uma ação popular impetrada pelo cidadão Alciney Corrêa Vieira contra a União, o BNDES, a Petroquisa e a Petrus, e para a qual o próprio Constantino concedeu liminar em 2 de abril, voltará nos próximos dias ao magistrado, para julgamento definitivo. Por uma série de razões, não se trata de um processo qualquer.

A documentação apresentada por Alciney - que é presidente do Sindicato dos Petroquímicos do Rio - para sustentar sua iniciativa permite suspeitar que os funcionários do governo Collor encarregados de conduzir o programa de privatização praticaram atos que configuram dano evidente ao patrimônio público. Sugerem ainda que estes funcionários podem ter se envolvido com o "esquema PP", cujas práticas corruptas foram confirmadas por auditoria interna realizada pela própria Petrobrás. E implicam, ao menos em tese, o próprio presidente do BNDES, Eduardo Modiano, herói máximo dos privatistas, e apontado pelas elites como um dos homens que melhor representa seus interesses no atual governo.

CAPITAL FECHADO. A ação popular gira em torno do fechamento do capital da Petroquisa, o braço da Petrobrás no setor petroquímico. Até 11 de fevereiro deste ano, uma parcela das ações da empresa - na verdade uma imensa holding, que controla mais de 30 grandes companhias - era negociada regularmente nas bolsas de valores. Nessa data, o capital da

empresa foi fechado, por decisão de seu Conselho de Administração. Segundo o que determina a lei das sociedades anônimas, quando isso ocorre o acionista majoritário - no caso a Petrobrás - fica obrigado a recomprar as ações dos sócios minoritários por seu valor patrimonial, que na ocasião equivalia a Cr\$ 177, três vezes maior que a cotação nas bolsas de valores (Cr\$ 55).

DEDO DE MODIANO. O Conselho de Administração da Petroquisa não agiu, no entanto, por vontade própria. Seguiu recomendações expressas do Ministério da Infraestrutura. Este, por sua vez, atendia a um pedido formalizado por Eduardo Modiano, presidente do BNDES e da Comissão Diretora do Programa Nacional de Desestatização, através do ofício 010/92 deste último órgão.

O documento assinado por Modiano é um atestado eloquente do desprezo que a Comissão Diretora dedica tanto às leis que podem eventualmente retardar os planos de privatização quanto ao próprio Judiciário. Lá se afirma, sem constrangimento, que o capital da Petroquisa deve ser fechado precisamente para "evitar alegações, ainda que infundadas, de prejuízos", lançadas por acionistas minoritários. Em outras palavras, Modiano está reconhecendo que a privatização da empresa pode não estar de acordo com a legislação em vigor, e por isso pode ser que seja



Sob suspeita, o herói dos privatistas.

eliminada a possibilidade de recurso à Justiça.

Na ótica dos interesses privatistas, a recomendação faz sentido. O governo conseguiu até o momento driblar todas as tentativas de contestar as privatizações na Justiça Federal. Não foi capaz, no entanto, de fechar a brecha jurídica que permite aos acionistas minoritários das estatais leiloar o bloquear a venda, comprovando lesões evidentes a seus direitos. Nas próximas semanas, por exemplo, o Judiciário do Rio Grande do Sul poderá anular o leilão que privatizou a Copesul, atendendo a solicitação de um dos antigos acionistas da empresa.

Alguns dos críticos da privatização da Petroquisa acabaram descobrindo, no entanto, que o episódio de fechamento do capital tem, além da dimensão política, uma outra, que poderia ser chamada de

policial. A partir de estudos feitos pela Aepet - Associação dos Engenheiros da Petrobrás - surgiram fortíssimas suspeitas de que um pequeno grupo de investidores recebeu, alguns meses antes da "recomendação" do BNDES, sinais de que a medida seria fatalmente adotada, e portanto era possível realizar lucros astronômicos adquirindo ações da holding e depois "revendendo-as" ao Estado. É aqui, também, que surgem os primeiros indícios de movimentação do "esquema PP".

Até junho de 1991, pelo menos metade das 190 milhões de ações da Petroquisa em poder do público pertencia ao Petrus - fundo de pensão dos funcionários da Petrobrás. A Diretoria de Investimento do Petrus era ocupada por Célia Lodi, que havia sido nomeada por indicação da ministra Zélia Cardoso de Mello, e que demitiu-se em abril último depois de ter sido denunciada como integrante do "esquema PP".

GALOPE INEXPLICÁVEL. No curto prazo de dois meses, Célia Lodi comandou a venda de todas as ações da Petroquisa pertencentes à carteira do Petrus. O valor apurado ao longo dos dois meses foi pouco superior a Cr\$ 5 por papel. Uma única corretora, a Omega, foi encarregada de vender mais de 52 milhões de títulos. E ao término do processo três acionistas - Eduardo Duvivier Neto, Porto Seguro Imóveis e Lucien Castier - haviam alcançado o controle de 79,5 milhões

de ações da Petroquisa. As suspeitas mais diretas sobre Modiano surgem de um episódio posterior. No início deste ano, à medida que a Comissão Diretora do Programa de Desestatização amadurecia a portas fechadas a decisão de fechar o capital da empresa, desenvolveu-se um súbito e impressionante interesse por suas ações. O volume de negócios nas bolsas foi cerca de 4 vezes maior que o registrado no mês anterior. E as cotações explodiram, embora o balanço da Petroquisa relativo a 1991 registrasse um prejuízo inédito, de 150 milhões de dólares.

No início de janeiro, cada papel estava cotado a Cr\$ 15,23. No dia 22, havia avançado para Cr\$ 69,52. E em 23/1, a data exata em que o presidente do BNDES redigiu o ofício solicitando o fechamento do capital, as ações saltaram para o recorde de Cr\$ 113,37. Ainda assim, quem as comprasse obteria lucros fartos, já que a Petrobrás obrigava-se a adquirir os títulos por Cr\$ 177.

APURAR COM RIGOR. Graças à ação incisiva da Aepet e do Sindicato dos Petroquímicos, e à coragem do juiz Constantino Oliveira, que em 2 de abril sustou em caráter liminar a recompra das ações, a estatal petrolífera livrou-se provisoriamente de um prejuízo calculado em 40 milhões de dólares. No início de maio, o Conselho de Administração da Petroquisa não teve outra alternativa a não ser recuar da decisão de fechar o capital.

Mas agora, quando o caso volta às mãos da Justiça Federal para apreciação definitiva, a sociedade tem o direito de exigir que o Judiciário, e o próprio Congresso Nacional, não se furtem a investigá-lo com máxima profundidade e rigor.

ANTONIO MARTINS

SOLUÇÃO QUESTIONÁVEL

Uma demonstração de invulgar eficiência, o secretário de Segurança do Estado de São Paulo, Pedro Franco de Campos, apresentou à imprensa na tarde do dia 31 de maio os quatro homens sobre quem pesa a acusação de assassinato de Edmundo Pinto, governador do Acre, ocorrida exatamente duas semanas antes. "O caso está praticamente esclarecido", disse Campos, diante de quem os próprios acusados confirmaram serem culpados, ratificando a tese já propalada pela polícia de que se tratava de crime de latrocínio. "Estávamos duros", declarou Edilson Alves Carmo, um dos acusados, explicando o roubo de Cr\$ 500 mil do quarto do governador.

Apesar dessa demonstração de perspicácia e dedução capaz de fazer Sherlock Holmes corar de vergonha, sobram, para as pessoas medianamente informadas, algumas dúvidas elementares: (a) Por que

os quatro rapazes entraram primeiro no quarto do norte-americano John F. Jones, o de nº 704, situado numa das extremidades do corredor, para depois passarem ao de Pinto, no nº 714, na extremidade oposta? (b) Por que o assessor de Pinto, no quarto ao lado, nada ouviu dos gritos que, segundo os acusados, teriam sido emitidos pela vítima? (c) Por que o governador telefonou a sua família, no Acre, dizendo estar em Brasília, se estava no hotel? (d) Por que os funcionários da empreiteira Odebrecht - sobre a qual o governador iria depor no dia seguinte, em Brasília, acerca do "caso Magri" -, que se encontravam hospedados no mesmo andar, nada ouviram nem foram incomodados pelos acusados?

Diante de tantas dúvidas, só mesmo a eficiência dos policiais de São Paulo consegue transmitir a noção de "caso esclarecido".

JÔ AMADO

UM ESTADO PARALELO

Uma empresa estatal do governo do Estado de São Paulo, a Banespa Serviços Técnicos - Baneser -, vem funcionando como "um Estado dentro do Estado": contrata-se sem concurso (de preferência parentes do governador, que não são poucos), pagam-se salários edificantes (alguns superiores ao do próprio governador: Cr\$ 12 milhões) e, em vários casos, não se é obrigado a trabalhar (subcontrata-se o serviço).

Na opinião de algumas pessoas, como a do jurista Celso Bastos, trata-se de "um dos casos mais escabrosos de corrupção administrativa" de que há conhecimento. Na opinião de Luiz Antônio Fleury Filho, o governador, o esquema de funcionamento da Baneser é apenas um exemplo de "administração moderna". E ele explica que, no fundo, não passa de uma for-

ma de se contornar a Constituição, que garante estabilidade aos trabalhadores da empresa e limita o salário máximo. "Sou contra a estabilidade", diz ele, austero, "e essa questão dos salários é controversa".

Na verdade, boa parte dos mais de 10 mil funcionários da Baneser (houver um aumento de 70% em seus quadros em um ano), dedicam-se, em regime de exclusividade, à operação de uma espécie de central de informações, empreendimento particularmente eficaz em anos eleitorais. A meta de toda essa carga de informações é a mesa do governador. Ou melhor, o computador do governador.

O orçamento do Estado de São Paulo dedica atualmente à Baneser uma receita de US\$ 120 milhões (4 mil magris).

(J.A.)

O MALANDRO PÓS-MODERNO

O predomínio das idéias neoliberais armou o cenário para a idade de ouro da corrupção

Imaginemos, por um minuto, que Lula tivesse ganho as eleições em 1989. No seu primeiro ano de governo, decide por decreto confiscar 646 milhões de dólares dos bancos privados para cobrir rombos da Previdência e assim pagar o devido aos aposentados. No mínimo, a Rede Globo pediria em editorial no Jornal Nacional, em nome do sagrado direito da propriedade, uma campanha pelo impedimento de Lula. Pois bem: o próprio Tribunal de Contas da União constatou que, em 1990, o governo Collor de Mello desviou 646 milhões de dólares (21.533 magris) da Seguridade Social para gastos em publicidade e divulgação a festas, hospedagens, passagens aéreas, pagamento de militares e alimentação para animais. Nada aconteceu.

Prossigamos no nosso Teatro do Absurdo. Lula agora, num acesso de ousadia, resolve emprestar 260 milhões de dólares a juros baixíssimos a Cuba, como ajuda humanitária para o povo deste país fazer frente aos rigores do absurdo cerco comercial que lhe é imposto. Não tenhamos dúvida: o Congresso votaria o impedimento de Lula. Ora: o Ministério da Economia do senhor Marclio Marques Moreira decidiu neste início de junho emprestar 260 milhões de dólares (8.666 magris) para a Construtora Andrade Gutierrez construir uma hidrelétrica... no Irã!

Forçemos ainda mais nossa imaginação. O governo de Lula resolve encampar quatro grandes empreiteiras do país (Camargo Corrêa, Andrade Gutierrez, C.R. Almeida e Odebrecht, com patrimônio líquido total de 4,6 bilhões de dólares), criando uma grande estatal no setor para a construção em massa de habitações populares e saneamento. Em troca, daria a estas empresas títulos públicos de longo prazo pelo valor de face, sem ágio. Desta vez, não haveria alternativa: as classes dominantes pegariam em armas para defender suas empresas e derrubar pela força o governo.

Vejam só: as onze estatais privatizadas valem, segundo o governo, 4,6 bilhões de dólares (133.333 magris, na verdade bem mais, pois o seu patrimônio tem sido subestimado). Em troca, o Estado recebeu títulos públicos de longo prazo e de pagamento duvidoso, pelo valor de face; em dinheiro vivo, apenas cerca de um milhão de dólares. Foi, sem dúvida, a maior transferência de ativos reais públicos da história brasileira para grandes empresas privadas. Corrupção? Ora, em nome da ideologia privatista, esta verdadeira doação do patrimônio público foi saudada por todos os grandes meios de comunicação do país, sem exceção, como o grande feito do governo Collor.

PÚBLICO NA SARJETA. Nunca o poder das idéias privatistas foi tão forte como hoje no Brasil. Alguns anos de uma massacrante e onipresente campanha anti-estativante conquistaram o objetivo de deslocar as fronteiras entre o público e o privado. Com isso, a utilização do poder e dos bens públicos para fins de acumulação privada ganhou novos espaços de legitimação.

Com os assaltos da razão privatista, os direitos do público ficam encolhidos. Mas nem ali no seu espaço mínimo o público pode descansar em paz.

No momento mais grave da crise social vivida pelo país, em que doentes morrem à míngua sem atendimento hospitalar básico, o Ministério da Saúde



de é apontado como o recordista da corrupção. O irmão de PC Farias, Luiz Romero, era o secretário executivo do Ministério. A Construtora OAS (ligada ao governador baiano Antonio Carlos Magalhães) tinha o privilégio da caixa na construção de hospitais; desviaram-se somas de dinheiros previstas para a CEME (Central de Medicamentos), para os planos de combate ao dengue e à cólera.

Os escândalos envolvendo a LBA e Rosane Collor, através da compra superfaturada de alimentos e cestas básicas, afetam diretamente o atendimento de indigentes, creches públicas e mesmo entidades de assistência a excepcionais. Os ladrões furtaram até o INAN - Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição -, comprando 8,4 mil toneladas de feijão a preços superfaturados em setembro de 1991. Al Capone teria mais escrúpulos.

ZONA DE GUERRA. Além da privatização, a segunda palavra-chave do dicionário neoliberal é *desregulamentação*: trata-se de garantir a maior liberdade possível de movimentos ao capital. A desregulamentação exalta os valores e poderes do capital, em detrimento das leis que restringem ou atenuam os efeitos danosos da acumulação privada e que constituem o básico da cidadania mesmo nas democracias burguesas modernas.

Na América Latina, observa o sociólogo Bruno Lautier, da Universidade de Paris, em seu estudo *Cidadania e políticas de ajuste*, a aplicação dos planos neoliberais está destruindo o mínimo que havia de direitos sociais, criando uma situação comparável ao século XIX, nos primórdios do capitalismo, quando a ação do capital era livre de quaisquer restrições.

Assim, contratar trabalho sem pagar direitos sociais está se tornando aos poucos a realidade para a maioria dos empregadores no país. Para abril de 1992, o IBGE registrou que nas seis regiões metropolitanas pesquisadas - Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Recife, Salvador e Porto Alegre - o percentual de ocupados com carteira assinada caiu para 51,6% contra 53,9% em abril de 1991. Carteira assinada garante pelo menos o direito de receber o salário-mínimo: só que o governo tem mantido o mínimo em seu patamar histórico mais baixo já registrado, um quarto do seu valor original em 1940. Isto é, a tábua de salvação para os trabalhadores desqualificados está sendo empurrada cada vez mais para baixo.

Em um falso apelo à liberdade de mercado - há inúmeros estudos em que

os preços dos principais setores da economia são definidos por um pequeno grupo cartelizado de empresas - o ministro Marclio extinguiu todos os controles mínimos sobre as margens de lucro. No dia 4 deste mês, uma portaria erradicou o controle sobre 53 produtos de alimentação, higiene e limpeza, a maioria integrantes da cesta básica. Permanecem controlados apenas os preços das tarifas públicas e da borracha natural, em um contexto de inflação mensal superior a 20%, juros altíssimos e mecanismos institucionais de indexação diária dos ganhos de capital. E viva o "livre mercado"!

Mas o argumento da desregulamentação tem sido brandido principalmente para garantir maiores espaços para os capitais externos. O capital externo tem agora livre acesso à especulação nas bolsas de valores, participa das mamatas da privatização e - pasmem - tem o direito até de receber financiamento público. Collor assinou um decreto em 22 de abril deste ano, autorizando, pela primeira vez na história dos quarenta anos do BNDES, a destinação de 330 milhões de dólares (11 mil magris) para empréstimos a multinacionais. Vinte e duas multinacionais já estão na fila, entre elas a Shell, a Bayer, a Rhodia, a Coca-Cola...

EM BUSCA DO OURO. O que está em curso, no entanto, supera em muito a pilhagem já realizada. As três principais estatais - Eletrobrás, Petrobrás e Telebrás, com um patrimônio líquido global de 34 bilhões de dólares - não podem ser privatizadas segundo o texto atual da Constituição. A estratégia privatizante neste caso, enquanto não reúne forças para derrubar o preceito constitucional, trabalha com as alternativas do mercado especulativo de ações, alocação de serviços a firmas particulares, com preços extorsivos, além do saque puro e simples. A Petrobrás, responsável por um lucro de dois bilhões de dólares em 1990, está sendo alvo da desregulamentação.

Os presidentes da Caixa Econômica Federal, Alvaro Mendonça, e do Banco do Brasil, Lafaiete Coutinho, foram envolvidos nas denúncias contra PC Farias. Somente o Banco do Brasil foi acusado em três situações exemplares:

- depois de privatizada, a Vasp conseguiu refinar 270 milhões de dólares (9.200 magris) em condições especiais asseguradas apenas a estatais (a Procuradoria Geral da República considerou o refinanciamento ilegal);

- o Banco do Brasil pagou ao Midland Bank, de Londres, parcela de uma dívida de 85,9 milhões de dólares contraída por usineiros alagoanos, beneficiando entre outros o líder do PFL, Ricardo Fiúza (Zélia Cardoso de Mello foi acusada de receber 20 milhões de dólares em comissões);

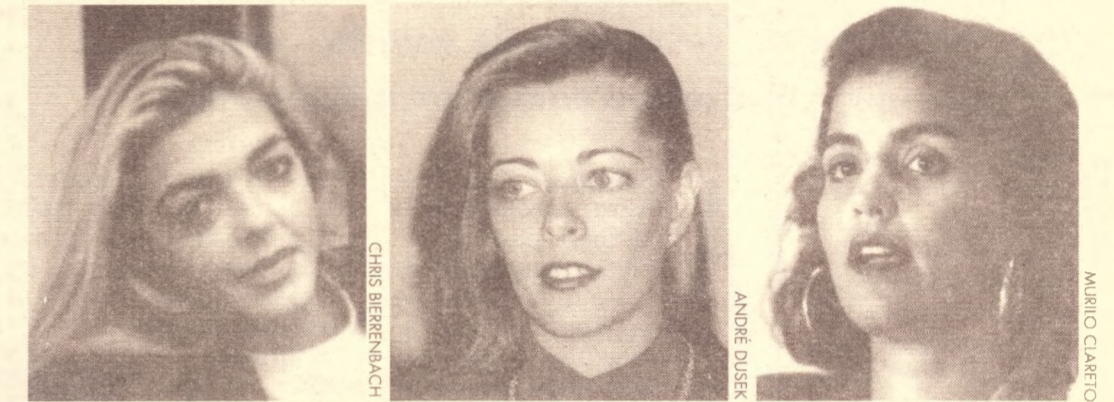
- o ministro Marclio aprovou a renegociação de uma dívida dos usineiros junto ao governo federal no valor de 2 bilhões de dólares (66.666 magris). -- A negociação foi suspensa na Justiça, por iniciativa da Procuradoria Geral da República.

A revista *Veja*, de 27 de maio, noticiou a pressão coordenada pelo ministro-chefe da Secretaria de governo, Jorge Bornhausen, no sentido de "privatizar a privatização". A idéia é incluir empresas como o Banco Meridional, a Light, a BR Distribuidora, a Vale do Rio Doce na fila de frente das empresas privatizáveis e realizar as operações a

As mulheres do paço

Maria Tereza... Ah, Maria Tereza...

A nação entre embevecida e ensancheda a admira, na mídia que não cessa de expô-la, depois de tanta coisa ruim de se olhar. Há um frenesi de exibicionismo. No dia em que o irmão do presidente o enxovalha, a primeira dama se joga em *jet ski* no Paranoá. Enquanto



Você decide: qual das madames seria a mais collarida?

enxovalha o presidente, o irmão leva a seu lado, de minissaia, a mulher que, propala-se, foi objeto de disputa entre ambos. Agora é Wanya Guerreiro, que conviveu com ambos os PCs, que entra na história pelas páginas da *Playboy*.

Ao fundo, esquecida, espezinhada, maltrapilha, avacalhada, a pátria naufraga, à deriva dos humores de uma família que perdeu as medidas do decoro, e das negociações e negociações que se multiplicam a céu aberto.

Quando criança ensinaram-me um patriotismo getulista e balofo, feito de uma retórica sem fatos. De lá para cá criticou-se esse patriotismo, com justiça, mas entre ditaduras e manipulações de elites e mídias jogou-se fora, com a água do banho, não só a criança, como a banheira também. Perdeu-se qualquer decoro da vida pública, e com ele o decoro de nos sabermos parte de uma nação, ocupantes de um território, agentes de uma história, habitantes de um planeta, navegantes de uma galáxia onde a nossos olhos é dado contemplar auroras e crepúsculos.

Ficamos todos mendigos, prisioneiros de uma elite vulgar e mentalmente indigente. A pátria é nossa âncora no mundo, e é ela que faz possível a maravilhosa sensação de partir, de ver-se estrangeiro no estrangeiro, em viagem. A pátria, essa pertença de cultura, não está mais entre nós, tendo se abalado desta para a melhor. Aqui no Rio, bem ou mal, representantes do mundo inteiro, numa reunião nunca antes vista, discutem o destino do planeta. Nós, brasileiros, no palco da discussão, discutimos o destino da CPL, se ela vai, se não vai, e o destino do nosso Rasputin, o empresário das sombras, e se quem o alimentou, nutriu, protegeu e incentivou sabia ou não sabia o que ele fazia! Que horror, meus Deus! De que inferno, interior e exterior, somos reféns?

TRISTÃO DA CUNHA,
do Rio de Janeiro

portas fechadas entre governo e interesseiros e não em leilões públicos, como têm ocorrido até agora.

(A)MORAL DA HISTÓRIA. Chico Buarque tematizou na *Ópera do Malandro* o florescimento do malandro português de voo da transição conservadora. É o representante ideal desta raça de capitalistas que pregam de dia as virtudes do livre mercado e à noite saqueiam o Estado.

JUAREZ GUIMARÃES

1 MAGRI = US\$ 30 MIL

USAMOS NESTE ARTIGO, COMO "UNIDADE DE CORRUPÇÃO", O VALOR RECEBIDO POR MAGRI PARA INTERMEDIAR VERBAS DO FGTS.



QUEM PAGA A CORRUPÇÃO?

A esmagadora maioria dos casos de corrupção denunciados está vinculada à manipulação e desvios dos chamados fundos sociais, constituídos a partir de recursos dos trabalhadores. Estes fundos - arrecadação da Previdência, Finsocial, FGTS e PIS-PASEP - movimentam em 1992 a soma impressionante de 49,7 bilhões de dólares.

Um caso exemplar denunciado pelo senador Eduardo Suplicy é o que envolve a OAS (grande empreiteira baiana ligada a Antonio Carlos Magalhães), PC Farias (através de sua empresa Tratoral) e FGTS, administrado pelo Ministério da Ação Social. Em 1990, a OAS abocanhou em obras 40% dos 201 milhões liberados pelo FGTS, pulando do sétimo para o terceiro lugar no rol das primeiras empresas do setor. Em 1991, coube à OAS 20% dos 417 milhões de dólares liberados pelo FGTS. No primeiro trimestre de 1991, a OAS fez negócios com a empresa Tratoral, de PC Farias, no valor de 472 mil dólares (16 magris),

supostamente uma maneira de legalizar comissão pelo favorecimento escandaloso recebido.

Outro patrimônio dos trabalhadores que vem sendo saqueado no governo Collor é constituído pelos fundos de pensões das estatais. São dirigidos pelo governo e movimentam no total cerca de 20 bilhões de dólares. Um exemplo típico de corrupção nestes fundos é o relatado na matéria da pag. 9, envolvendo a Petrus (fundo de pensão dos trabalhadores da Petrobrás).

Durante décadas, o Estado brasileiro retirou recursos dos trabalhadores e destinou-os ao financiamento de questões alheias às finalidades dos vários fundos sociais. O editor da revista *Conjuntura Econômica*, da Fundação Getúlio Vargas, o economista Paulo Rabelo de Castro, estima esta dívida social em 100 bilhões de dólares, um valor aproximado à dívida externa brasileira.

JUAREZ GUIMARÃES

ALEMANHA

COMUNISTAS SURPREENDEM

Os dois maiores partidos alemães foram os grandes derrotados nas eleições estaduais. O governista CDU (democrata-cristão), do chanceler Helmut Kohl, perdeu a maioria que detinha há vinte anos no estado de Baden-Württemberg, ficando com 39,8% dos votos. Era seu último bastião no sul, ocidental. No norte, em Schleswig-Holstein, foi o SPD (social-democrata, maior partido de oposição) que perdeu 8,6% dos votos, caindo de 54,8% para 46,5%. Embora continue com a maioria absoluta, em número de deputados, neste estado, o resultado é significativo, pois ali governa Björn Engholm, candidato social-democrata para as eleições federais de 1994.

A grande novidade foi o crescimento da extrema-direita, que capitalizou a insatisfação contra o desemprego, a falta de moradias e o aumento dos impostos para pagar a unificação com a ex-Alemanha Oriental. Eles usaram como alvos os refugiados estrangeiros, apresentados como "responsáveis pelo desemprego, falta de casas e aumento de impostos". O REP (republicano, neonazista) cresceu de 1% em 1988 para 11,1% em 1992, em Baden-Württemberg, ficando com a terceira maior bancada, e a União do Povo Alemão (DVU) fez 6,2% em Schleswig-Holstein, ficando também com a terceira maior bancada aí.

Mas não menos surpreendentes foram os resultados das eleições em Berlim, onde continuam presentes as marcas da divisão alemã. Os democratas-cristãos (CDU), mais votados no lado ocidental (35%), amargaram uma humilhante derrota no lado oriental (14,3%). No total de Berlim, o CDU ficou com 27,5% dos votos, abaixo dos 31,8% do SPD (social-democrata), que teve a mesma porcentagem dos dois lados. Os verdes ficaram com 13,3%. Os neonazistas tiveram mais votos do lado ocidental (9,9%) do que do oriental (5,4%).

Surpresa mesmo foi a votação dos comunistas no lado oriental onde, conforme se diz, não teriam deixado saudade; se do lado ocidental eles tiveram só 0,9% dos votos, com a sigla PDS, no lado oriental o velho comunismo teve 29,7% dos votos. Quase um terço do eleitorado.

CARLOS SANTOS,
de Berlim



TCHECOS E ESLOVACOS

A revolução arranhada

Eleições colocam em xeque a "revolução de veludo", que acabou com o socialismo real.

A República Tcheca e Eslovaca, considerada o país mais "governável" do Leste Europeu devido à sua estabilidade econômica, destruiu o *socialismo real*, tornou-se ingovernável. Pelo menos enquanto país unido, por conta dos resultados das eleições legislativas de 5 e 6 de junho. Na república tcheca venceu o Partido Democrata Cívico, do ministro das Finanças Vaclav Klaus, um *ultra-ultraliberal* que defende a privatização acelerada da economia e a manutenção do Estado unitário. Na vizinha Eslováquia, quem ganhou foi o Movimento Democrático Eslovaco, de Vladimir Meciar, favorável a uma redução no ritmo das reformas econômicas e defensor da autonomia da república, primeiro passo para a independência eslovaca.

A República Tcheca compõe-se das províncias da Boêmia e Morávia, e é a área mais rica do país. Os tchecos representam 63% da população, contra 31,6% dos eslovacos. O voto tcheco no ultraliberal Klaus reflete a crença de que as reformas econômicas até agora não foram suficientes para construir um novo modelo. No ano passado, o governo federal esperava US\$ 2 bilhões em investimentos externos. Pouco mais da metade chegou, quase tudo destinado ao complexo produtor de veículos Skoda, uma das mais eficientes empresas de todo o Leste Europeu e que foi adquirida pela Volkswagen alemã. O partido de Vaclav Klaus é conhecido como "o grupo dos *yuppies*" por recrutar basicamente jovens executivos e profissionais. "Nenhum deles participou da luta contra o stalinismo", reclama o veterano dissidente trotskista Petr Uhl. Klaus inclusive apoiou com en-

tusiasmo a recente "caça às bruxas" que causou protestos do próprio presidente Vaclav Havel.

O OUTRO LADO. Quanto à Eslováquia, sua economia era mais dependente do falecido Comecon, o mercado comum socialista. A crise na região é tão grande, que o pacifista Havel pediu *desculpas* à opinião pública para autorizar a venda de US\$ 2 bilhões em tanques e outros equipamentos militares, destinados à Síria.

O resultado das eleições fez empalidecer a estrela do presidente Vaclav Havel, líder



da "revolução de veludo" e que funcionava como uma espécie de fiador do Estado unitário. As duas repúblicas têm seus próprios Parlaentos, funcionando ainda o Legislativo federal, formado proporcionalmente por representantes das duas regiões.

"Temos duas alternativas", admitiu Klaus. "Ou formamos uma federação com suficiente competência, ou iniciamos um processo de negociação para terminar dividindo civilizadamente o país em dois Estados independentes", disse.

JAYME BRENER

CEE

Chacoalhos na união europeia

A unificação tropeça em derrotas eleitorais, impasses e onda de greves.

Quem acha que a unidade da Europa Ocidental marcha sem turbulências, rumo à criação de um paraíso terrestre de consumo, pode ir botando as barbas de molho. Nas últimas semanas, a unidade europeia sofreu vários sacolejos, com a derrota do "uniónismo" em um plebiscito na Dinamarca, o impasse dos grandes partidos nas eleições e a onda de greves contra os "planos de austeridade", aplicados por diversos governos.

Na Dinamarca, a população rejeitou - embora por pequena margem (48 mil votos) -

o Tratado de Maastricht, que dá estofa à unificação econômica europeia.

Nas eleições legislativas e regionais realizadas na Alemanha, Bélgica, Itália e França, literalmente todas as alternativas tradicionais de governo (em geral divididas em conservadoras e social-democratas) sofreram recuos, maiores ou menores. Saíram reforçados os separatistas - como a Liga do Norte na Itália -, partidos de extrema-direita (14% para Jean-Marie Le Pen, na França e entre 8% e 11% para os republicanos nos diversos estados alemães), refratários

à imigração e à integração europeia. Essa onda favoreceu ainda os ecologistas, críticos da forma como a unificação vem se verificando.

QUEM PAGA. A Europa Ocidental também passou por uma das mais amplas ondas de greves dos últimos vinte anos. Embora as reivindicações não ponham em xeque a unidade europeia, vão contra as diretrizes de "austeridade", que jogam sobre os trabalhadores o custo da unificação. Uma greve geral paralisou a Espanha em

maio e houve greves importantes - ainda que derrotadas - nos setores de transportes e laticínios, na Holanda. O movimento, porém, foi mais forte na Alemanha, que viveu sua maior vaga de greves desde a Segunda Guerra Mundial. Os funcionários públicos arrancaram 5,4% de aumento, abrindo espaço para que o governo e o patronato assinassem um acordo com o poderoso sindicato metalúrgico IG-Metall, antes da convocação da greve.

MÁRCIO KUHN

O SOCIALISMO JÁ ERA?

Durante 86 dias, entre junho e setembro de 1990, Wladimir Pomar percorreu um trajeto que vai da Alemanha reunificada à Albânia — passando pela Polônia, Checo e Eslováquia, Hungria, Iugoslávia, Bulgária, Romênia e URSS.

Rasgando a cortina discute a experiência do socialismo construído nos países do Leste Europeu, numa tentativa de compreender as razões de seu fracasso.

A miragem do mercado é uma análise do processo de reintrodução do capitalismo naqueles países, suas contradições, seus limites e seus mitos.



Rasgando a cortina e *A miragem do mercado* fazem parte de uma trilogia. O terceiro volume — *A ilusão dos inocentes* — será dedicado a discutir as perspectivas futuras da luta pelo socialismo

SCRITTA
TEORIA
Rua Dona Germaine
Burchard, 286
05002 São Paulo SP

À VENDA NAS LIVRARIAS E DIRETÓRIOS DO PT ★ OU DIRETAMENTE NA EDITORA: TELEFONE (011) 262-1155

Ecologia é a pauta

Reunião de Belo Horizonte discute criação de agência de informações independentes



Nos próximos anos a temperatura da Terra vai subir de 1,5 a 5 graus centígrados, em consequência do efeito estufa. Haverá um grande aumento das águas no planeta e o deslocamento de centenas de milhões de pessoas. Dentro de quatro décadas um terço de Bangladesh já terá sido evacuado. Previsões assustadoras como estas, do francês Alan Lippietz, diretor de pesquisas da Universidade de Paris VII, foram discutidas por jornalistas de todo o mundo em Belo Horizonte.

De 20 a 24 de maio, o *Green Press* - Encontro Internacional de Imprensa, Meio Ambiente e Desenvolvimento - reuniu nomes de destaque mundial no debate sobre a preservação do meio ambiente. Promovido pela Organização Internacional dos Jornalistas (OIJ), Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) e Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Minas Gerais, o evento contou com 68 debatedores (jornalistas, sindicalistas, ambientalistas, cientistas e empresários) e mais de 800 participantes na platéia. No fi-

nal das discussões, foi aprovada a "Carta de Belo Horizonte", documento levado à Conferência Rio-92 como contribuição dos jornalistas. A carta recomenda, entre outras coisas, a criação de uma agência de informações ecológicas, "independente de interesses privados ou governamentais".

O DIREITO DE POLUIR. Constatada a situação de perigo em que vive o planeta, os países se ocupam em torno de quatro propostas, conforme, é claro, seus interesses dentro do sistema de produção e consumo mundiais. Os dois primeiros grupos caracterizam-se por acharem "excelente" o atual modelo de desenvolvimento. O que os diferencia é, basicamente, a disputa pelo privilégio de usufruir dos benefícios advindos deste modelo. Países como a Coreia, Tailândia e Malásia, que encarnam o espírito da chamada "Nova Produção", querem para si o "direito" colonizador que historicamente pertenceu a países como os Estados Unidos, explica Alan Lippietz. Em contrapartida, há os países que defendem a posi-

ção "moderada", e concordam que é preciso limitar a emissão de gases no planeta (sobretudo o gás carbônico e o metano). A discordância entre os moderados é quanto ao critério da distribuição do direito de poluir. Para uns, esse direito deve ser estabelecido de acordo com a quantidade de gases já emitidos por cada país em 1990. A outra parcela dos moderados pensa que o critério usado deve ser a população dos países em 1990. Assim, países como Índia e China, que estão longe de ocupar seu direito percentual, poderiam vender a outros países a sua parcela de uso da atmosfera, até que os compradores recuassem ao limite que de fato lhes corresponde.

TCHERNOBYL. O jornalista russo Vladimir Sukhomlinov representou no *Green Press* a Confederação dos Jornalistas, que congrega cerca de 80 mil profissionais de todas as repúblicas da ex-União Soviética. Ele contou que além de casos conhecidos mundialmente, como o do acidente na usina nuclear de Tchernobyl em 26 de abril de 1986, a ex-URSS foi

palco, durante décadas, de muitos "paradoxos de nosso socialismo de quartel". Enquanto as crianças eram estimuladas a plantar árvores, "cumprindo planos de partido, insensatamente se aniquilavam florestas inteiras". Como consequência dessa devastação iniciou-se um processo de desertificação, surgiram tempestades de areia, poluição e salgamento das águas, e a redução de 14,9 metros no espelho d'água do mar de Aral. "Sete milhões de pessoas dessas áreas devastadas precisam de urgente ajuda ecológica", disse.

Há menos de um mês Vladimir esteve em Tchernobyl e confessou seu espanto: embora a terra e as florestas estejam contaminadas e as casas das aldeias vazias, já existem quase mil pessoas vivendo no local. "Parecem que eles já se habitaram à desgraça invisível. Plantam, colhem e comem maçãs e peras dos pomares de Tchernobyl e pescam no rio Pripiat. Eles se mostram às vezes impressionantemente despreocupados", relatou.

ANA RITA ARAÚJO,
de Belo Horizonte.

CUBA

Energia nuclear, quem diria

Sob bloqueio e sem ajuda soviética, o país busca saídas para a crise.

Neste momento, se há um país que pode se colocar na vanguarda das questões ecológicas é Cuba. Nesse período, em que estamos sendo bloqueados mais duramente, precisamente por uma situação política internacional, mais do que nunca sentimos a necessidade de salvaguardar a natureza, para sobreviver. Ela é a nossa principal fonte de recursos."

O desafio é de Alexis Schlatter, presidente do círculo de Jornalismo Científico dos Jornalistas Cubanos, no *Green Press*, Encontro Internacional de Imprensa, Meio Ambiente e Desenvolvimento. Vivendo um dos piores momentos de toda a sua história, com um bloqueio cerrado por parte dos Estados Unidos, e sem a ajuda dos países que compunham o antigo bloco soviético e do Leste Europeu, a investigação sobre formas alternativas de energia é considerada hoje em Cuba

como uma questão de vida ou morte. Contudo, sem petróleo e com rios pouco caudalosos que possibilitem a obtenção de energia, o país se vê, paradoxalmente, obrigado a optar, no momento em que a questão ecológica está no centro das discussões, pela construção de uma usina de energia nuclear.

SUPERVISÃO DA ONU. Com a extinção da ex-União Soviética o projeto vai se desenvolvendo em marcha lenta, com o governo cubano tentando outros meios para a compra de reatores. Os cubanos garantem, con-



Alexis: a ecologia atômica

tudo, que todo o processo está se desenvolvendo sob a supervisão da Organização Internacional de Energia Atômica das Nações Unidas. "Existem documentos oficiais que comprovam que tudo o que está sendo feito obedece a normas técnicas e tecnológicas estritas em nível internacional. Estamos no mesmo nível de qualquer usina átomo-elétrica em construção norte-americana, francesa ou de qualquer outro país", garante Alexis. Contra a construção da central de energia nuclear de Jaragua, no centro de Cuba, na baía de Cienfuegos, o governo

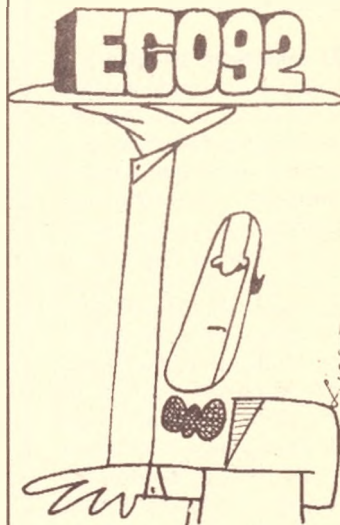
americano vem desencadeando uma campanha cerrada, alegando o perigo pela proximidade entre os dois países. Os cubanos rebatem argumentando que as centrais existentes na Flórida também poderiam colocar em risco a sobrevivência da ilha.

"Não se sabe ainda quando o projeto será concluído. Mas uma coisa é certa: o governo cubano, ainda que nas piores circunstâncias, não vai economizar um dólar, nem o que quer que seja necessário para dotar esta central do máximo de segurança. Por duas razões muito fortes: estaria em risco a vida do povo cubano, e estaria em jogo a possibilidade de que os norte-americanos, ao mínimo erro, o utilizassem para tomar algum tipo de atitude de consequências imprevisíveis", explica o jornalista.

ANA RITA ARAÚJO E GISELE NOGUEIRA,
de Belo Horizonte

PIMENTA (VERDE) SEM REFRESCO

ECO-CARNE. Coisa incrível como a onda ECO-92 fez todo mundo virar politicamente-correto-verde, não é? Até a churrascaria Rubayat, de São Paulo, dá a toda pessoa disposta a ser esfaqueada na conta uma muda de pau-brasil. Esta coluna entra na dança e (maldosamente) especula que tipo de verde seriam algumas personalidades.



TIPOS. O governador do Amazonas, Gilberto Mestrinho, seria verde-tucuxi. Antonio Magri, *verdinhos*. O deputado Jair Bolsonaro é verde-uniforme, enquanto Paulo Francis é *eco-cêntrico*. A candidatura Eduardo Suplicy é verde-esperança. Paulo Cesar Farias, o "PC", é verde-bandeira. Pedro Collor só verde. Não amadureceu. E durma-se com tantas verdes abobrinhas...

IRAQUE. Um dos presentes à ECO-92 foi o chanceler do Iraque, Tareg Azizi, que de verde só conhece duas coisas: as fardas que governam seu país e os desfolhantes que seu governo atira de quando em quando para esmagar a revolta das populações curda e xiita.



FOFOCA. A pedido dos coleguinhas que cobrem a ECO-92. Dois repórteres da Folha - um ex-correspondente em Moscou e outro nos EUA, um enorme e outro pequeno - saíram a tapa, armando um circo em pleno Riocentro. O pivô: divergências na edição. O motivo real: a falta de espaço no jornal. Afinal, dona Folha, do alto de seu pedestal, não considera a ECO-92 prioritária... Ah, na briga dos dois repórteres, quem apanhou foi um terceiro, que tentava separar.

TFP. A Tradição, Família e (principalmente) Propriedade, vetusta senhora que vive no casarão de Higienópolis, realizou um seminário "alternativo" à ECO-92. Uma das conclusões foi a "presença de inúmeros ex-militantes comunistas nos grupos verdes". Esta é verde-mofo.

JAYME BRENNER

ECO NOS BASTIDORES

QUINZE MIL SOLDADOS do exército foram mobilizados para garantir a ordem pública no Rio de Janeiro durante a Eco-92. Estavam espalhados pelos viadutos da cidade, nas entradas dos túneis, nos acessos ao Parque do Flamengo e no Riocentro. Empunhavam metralhadoras e apontavam canhões em direção à favela da Rocinha, aquela que o ex-general-presidente João Figueiredo teme que possa descer do morro para fazer um arrastão na cidade.

OS MENINOS DE RUA e os mendigos praticamente sumiram do centro do Rio nas últimas semanas. Segundo se comentava, antes que a Eco-92 começasse, a prefeitura municipal promoveu uma limpeza geral. Calcula-se que vivam 20 mil pessoas nas ruas da zona sul do Rio. Muitas delas ganharam passagem de ônibus e foram pressionadas para voltar aos seus estados de origem. Muitos menores teriam sido trancafiados na Fundação Leão XIII e em outras instituições do gênero até que a Eco-92 terminasse.

FIcou POR CONTA das mulheres, organizadas na barraca do "Planeta Fêmea", provar que a solução para os problemas do meio ambiente não passa pelo controle da natalidade. Rosiska Darcy de Oliveira, uma das lideranças do movimento feminista brasileiro, indagou: "Como é possível, por exemplo, dizer que as populações do Sul pressionam o uso dos recursos naturais se um cidadão dos Estados Unidos consome, em média, 247 vezes mais energia que outro que vive na Bolívia?"

A NOTÍCIA DE QUE O LÍDER kayapó Paulo Paiakan teria estuprado uma moça em Rondonópolis, Pará, chocou todo mundo no Fórum Global. Mas o que mais chocou foi a forma sensacionalista com que a revista *Veja* tratou o assunto, dando-lhe destaque de capa. A revista tentou atingir o movimento indígena como um todo, no momento em que se realizava a Eco-92 e em que se discute a revisão da legislação indigenista na Câmara dos Deputados.

MAIS DE 200 CIENTISTAS e intelectuais de todo o mundo, entre os quais 54 ganhadores do Prêmio Nobel e o escritor Umberto Eco, divulgaram um documento intitulado "Apelo de Heidelberg", contendo advertências aos ambientistas extremados que se opõem ao progresso científico e ao desenvolvimento econômico em geral. Os cientistas disseram que estão "preocupados com o surgimento de uma ideologia irracional que se opõe ao progresso científico e industrial e impede o desenvolvimento econômico e social".

A.C.Q.



ECO-92

Panacéia desmistificada

Apesar de importante, ela não foi a solução para tudo. Quem esperava isso, se decepcionou.

Durante dois anos, a mídia vendeu a idéia de que a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Eco-92, seria uma panacéia para salvar o mundo da catástrofe ambiental. Neste período, quase ninguém questionou o novo papel da ONU pós-guerra do Golfo como "uma organização supranacional a serviço das nações mais ricas", como define o filósofo belga Maciel Schooyans. E quase ninguém questionou a tentativa dos países do Primeiro Mundo de impor a chamada "nova ordem internacional", de cunho neoliberal, nos marcos do suposto "fim das ideologias". Ficou parecendo que países tão distintos quanto Guiné Bissau e Japão, Angola e França, doravante, se irmanariam numa cruzada para impedir, por exemplo, um novo dilúvio universal provocado pelo efeito estufa ou o esfriamento da Terra por causa dos buracos na camada de ozônio. A verdade, no entanto, é diferente.

A aparatosa Conferência realizada no Rio de Janeiro nas duas últimas semanas, secretariada por Maurice Strong, um ex-executivo da Brascan, firma canadense com interesses minerais no Brasil, e ex-membro da famosa Comissão Trilateral, reuniu mais de cem chefes de Estado para que assinassem um conjunto de convenções e declarações de compromissos, genéricas o suficiente para que seus diferentes interesses fossem conciliados.

AGENDA 21. O maior e mais importante desses documentos é a chamada Agenda 21. Composta de 40 capítulos e mais de 900 páginas, trata-se de uma coleção de programas de recuperação ambiental e de "desenvolvimento sustentável", que prevê um investimento anual global de US\$ 125 bilhões. Quatro dias antes do final da Conferência, não havia ainda um acordo sobre o pagamento des-

sa conta, o principal capítulo da Agenda 21. Os países ricos haviam concordado em investir anualmente 0,7% de seus respectivos PIBs na "ajuda ao Terceiro Mundo", mas não tinham consenso sobre quando alcançar esta meta.

Os outros documentos são

logo no início do encontro a disposição de não assiná-la. Embora tenha sido sugerida pelos próprios americanos, o governo Bush considera que o documento contém restrições demais. Por exemplo: a moderada interdição do patenteamento de seres vivos e o su-

sugerir que se desse uma ajeitada no texto a fim de possibilitar a assinatura dos americanos. No entanto, ao contrário do que a imprensa divulgou, a Convenção da Biodiversidade não é nenhuma "brastemp". Segundo nota assinada pela assessoria de Serviços e Projetos em Agricultura Alternativa (AS-PTA, do Brasil) e pelo Centro Internazionale Crocevia, da Itália, a convenção "não contraria em nada os interesses dos países industrializados, pelo contrário, os grandes perdedores continuariam sendo os países do Sul" (ver matéria sobre biodiversidade).

DESMISTIFICAR. Neste contexto, é bobagem analisar a Eco-92 em termos de "sucesso" ou "fracasso". O que importa é desmistificar o peixe, ou a panacéia que a ONU e a mídia internacional tentaram vender. Foi exatamente o que fizeram em Vitória, no Espírito Santo, os 254 delegados de organizações sindicais, populares, indígenas, religiosas e políticas de 27 países da Ásia, África, América Latina, Caribe e Europa, que organizaram a Conferência Internacional sobre Terra, Ecologia e Direitos Humanos, realizada entre os dias 24 e 28 de maio. Ao contrário das genéricas afirmações da ONU que apontam "o modo de vida moderno" ou a "sociedade industrial" como responsáveis pela crise ambiental do planeta, a declaração final do encontro de Vitória afirma com clareza que "o modelo de desenvolvimento capitalista, concentrador de terra, renda e tecnologia, é responsável pela degradação do meio ambiente". Diz que "é necessária, possível e urgente a ruptura com os atuais padrões de desenvolvimento, por uma questão de sobrevivência da humanidade".

Que cabe aos Estados a responsabilidade pela promoção de políticas econômicas participativas, sem no entanto deixar de complementar que cabe aos povos dos continentes do Sul mobilizarem-se para garantirem os recursos materiais e a vontade política para realizar essas transformações.

ANTÔNIO CARLOS QUEIROZ,
do Rio de Janeiro



Neste meio ambiente vetusto, o desenvolvimento é seletivo

a "Declaração do Rio de Janeiro" (o nome original era "Carta da Terra"), as convenções sobre clima e biodiversidade e a declaração sobre florestas.

O primeiro desses documentos é uma declaração de princípios e a ONU propõe que ele tenha a mesma importância que a Declaração dos Direitos Humanos, assinada em 1948.

A convenção sobre o clima, sem previsão de prazos nem metas para a diminuição da emissão de gás carbônico, foi considerada uma grande decepção. A proposta inicial era o estabelecimento de obrigações rigorosas para que os países do Primeiro Mundo mantivessem a emissão de gases que provocam o efeito estufa no ano 2000 nos mesmos níveis de 1990. Os Estados Unidos impediram a aprovação desta proposta, ameaçando boicotar a Eco-92, sob a alegação de que as modificações que as indústrias seriam obrigadas a fazer trariam grandes prejuízos à economia americana.

BIODIVERSIDADE. A convenção sobre a biodiversidade, entretanto, ficou sendo a vedete da Conferência, também por causa dos EUA, que anunciaram

postos "privilegiamento" dos países do Terceiro Mundo, que possuem os sistemas onde existe a maioria das espécies de plantas e animais. O chefe da delegação da Venezuela, Arnaldo Gabaldon, disse ao jornal *Vivre Autrement*, que circulou durante a Eco-92, estar convencido de que a posição americana foi imposta pelo lobby das grandes companhias "consumidoras de biodiversidade". As grandes empresas farmacêuticas dos EUA movimentam anualmente US\$ 4 bilhões, tirando seus lucros basicamente da exploração de recursos naturais extraídos do Terceiro Mundo. Segundo a convenção, esses países são soberanos no uso de sua biodiversidade, o que é inaceitável para os monopólios da indústria farmacêutica, que prefeririam instrumentos menos rigorosos para o ressarcimento das matérias-primas. *Royalties*, por exemplo.

Por causa de sua intransigência, os Estados Unidos acabaram se isolando politicamente, o que provocou uma intensa movimentação diplomática para retirá-lo da condição de vilão do meio ambiente. O governo brasileiro chegou a

AS TRINCHEIRAS DO SONHO

Nenhum homem estrangeiro é o romance autobiográfico de um jornalista americano, que nos fala de um lado desconhecido dos Estados Unidos: as lutas operárias, o movimento em defesa dos direitos civis, a imprensa sindical e socialista.

Livro de memórias e de aventuras, novela da cultura e da política de 68, e também uma história de amor, *As jovens damas vermelhas* cada vez mais belas é um romance sobre os que viveram quando era proibido proibir.



SCRITTA

Rua Dona Germaine Burchard, 286
05002 São Paulo SP

À VENDA NAS LIVRARIAS E DIRETÓRIOS DO PT * OU DIRETAMENTE NA EDITORA: TELEFONE (011) 262-1155

Forum Babel Global

A conferência das ONGs, uma conquista da sociedade civil, teve entraves de todos os tipos.

A conferência paralela das Organizações Não-Governamentais (ONGs) e dos movimentos sociais, o Forum Global, montada no Parque do Flamengo, foi bolada como um meio de pressão ou lobby da sociedade civil sobre as autoridades governamentais reunidas na Eco-92, no Riocentro. O esquema, no entanto, não funcionou direito.

Primeiro, porque as discussões oficiais empacaram devido, entre outras razões, às posições dos Estados Unidos. Segundo, porque o Forum Global acabou se transformando numa enorme feira, que misturou ONGs, franco-atiradores, representantes de órgãos governamentais e de empresas, membros de seitas religiosas, curiosos etc. Foi uma Babel, não só por causa de problemas de organização, mas também por causa das diferenças políticas e ideológicas entre as ONGs dos países ricos e dos países pobres, e devido às contradições entre o trabalho das ONGs e o dos movimentos sociais organizados.

"SEM VÍCIOS". Esta última contradição ficou visível desde que se anunciou a realização da Eco-92. Em mais de uma ocasião, o deputado Fábio Feldman (PSDB-SP), que procura aproveitar sua influência sobre o movimento ecológico brasileiro para fazê-lo assumir uma força "neutra", externou a opinião de que os sindicatos e os partidos não deveriam participar da conferência paralela por causa de seus "vícios" - corporativismo, entre outros -, e porque a causa ecológica não passaria pelo corte político e ideológico. Isto é, tanto poderia defender o "verde" um comunista ortodoxo quanto a ortodoxa primeira-ministra neoliberal Margaret Thatcher.

Coerente com esta visão, Feldman defendeu agora a idéia de que é preciso construir o trinômio Estado-ONGs-Sociedade, sem o qual não haveria democracia nem desenvolvimento sustentável. E acrescentou: "Chegamos a um momento de as ONGs se relacionarem com o mundo oficial e muitas delas têm de deslizar de certos preconceitos para assumir o papel".

Um desses papéis, não mencionados por Feldman em entrevista ao *Jornal do Brasil*, é a gestão de recursos para projetos ambientais fornecidos pelo Banco Mundial e outras agências de financiamento multilaterais. Quando começaram a surgir, nos últimos vinte anos, em estreito relacionamento com os movimentos sociais, as ONGs em geral eram pequenas assessorias que movimentavam poucos milhares de dólares por ano. Muitas delas cresceram, ficaram independentes dos movimentos sociais, foram consideradas mais ágeis que os governos corruptos do Terceiro Mundo na administração de projetos ambientais, e agora prepararam-se para gerir projetos de US\$ 1 milhão ou US\$ 2 milhões, patrocinados pelo Banco Mundial e outros organismos da ONU.

O impacto de tanto dinheiro verde sobre os movimentos populares é o que preocupa alguns de seus dirigentes.

ANTONIO CARLOS QUEIROZ



MARIZA DIAS COSTA

O VOCABULÁRIO ECOLÓGICO PÓS RIO-92

BIODIVERSIDADE. Um dos termos incorporados ao vocabulário dos brasileiros com a realização da Rio-92. Em termos gerais, biodiversidade é o conjunto de características dos seres vivos que vivem em comunidades, os ecossistemas. Pode ser considerada sob dois aspectos: genético e ecológico. O primeiro aspecto tem a ver com a variabilidade genética entre as espécies e entre as populações de uma determinada espécie animal ou vegetal. O segundo refere-se às diferentes funções que cada espécie e cada população exerce em um determinado ecossistema. Há espécies, por exemplo, que fazem parte de cadeia alimentar de outras. E há aquelas que só se reproduzem com a ajuda de outras. Algumas plantas dependem de pássaros, de insetos e morcegos para seu processo de polinização.

A conservação da biodiversidade ocorre essencialmente de duas maneiras: in situ (no lugar), quando a conservação se dá no ambiente natural, através da demarcação de reservas florestais, por exemplo (do ponto de vista científico, não há segurança quanto ao tamanho mínimo necessário para a conservação da biodiversidade, mesmo porque isto varia muito); e ex-situ (fora do lugar), quando a conservação é feita através do armazenamento de germoplasmas (sementes ou tecidos cultivados) que possam reproduzir as espécies. Duas questões devem ser consideradas nesta hipótese: por um lado é interrompida a evo-

lução que necessariamente ocorreria no ambiente natural; por outro, não é impedida a erosão genética, ou seja, ninguém pode garantir que uma planta assim conservada se adaptará ao ambiente alterado em que for posteriormente cultivada, o que pode levá-la à extinção.

EROSÃO GENÉTICA. Trata-se de um fenômeno que foi provocado, por exemplo, pela chamada "revolução verde", que se utilizou de sementes híbridas melhoradas, de alta produtividade. Em vários locais, deixaram de se semear as sementes tradicionais, o que levou à extinção de diversas espécies que originalmente foram doadoras de genes para melhorar as sementes híbridas.

ECOSSISTEMA. Um conjunto integrado de fatores físicos (solo, luminosidade, temperatura, precipitação de água), ecológicos (cadeias alimentares, ciclos de nutrientes etc.) e bióticos (seres vivos) que caracterizam um determinado lugar.

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. Conceito consagrado pelo relatório da Comissão Brundtland, em 1987. Refere-se ao atendimento das necessidades básicas das gerações presentes, sem colocar em risco a responsabilidade das gerações futuras atenderem às suas necessidades. Para isso, o crescimento econômico deve ser feito considerando-se o uso "racional" dos recursos naturais.

2 0 0 0 0
A S S I N A T U R A S

EXTRA, EXTRA: BRASIL AGORA
QUER VINTE MIL ASSINATURAS

SO' VINTE MIL?! FAÇA COMO O
MAGRI: TRINTA MIL. NO MÍNIMO!



ASSINE JÁ

BRASIL
AGORA

ASSINE JÁ

PREENCHA EM LETRA DE FORMA. Envie cheque nominal e cruzado a EDITORA BRASIL AGORA LTDA. - Alameda Gleite, 1049 - Sta. Cecília - CEP 01215 - São Paulo/SP - Brasil Fones (011) 220.7198, 222.6318, 220.7718 e 223.2974

NOME _____

END. _____

Nº _____ APTO _____

MUNICÍPIO _____

FONE _____ UF _____ CEP _____

PROFISSÃO _____

- Assinatura 12 edições Cr\$ 33.000,00
- Assinatura para o exterior US\$ 30,00 (semestral)
- Assinatura 25 edições (anual) Cr\$ 69.000,00
- Assinatura de apoio (anual) Cr\$ 108.000,00

PCDoB ELEGE PRESIDENTE

Com cerca de 2 mil delegados, a União Nacional dos Estudantes (UNE) realizou seu Congresso anual em Niterói (RJ), de 28 a 31 de maio, para definir suas linhas de ação no próximo ano e eleger nova diretoria. O PCDoB, que já detinha a presidência da entidade na gestão anterior, elegeu o presidente Lindemberg Farias, estudante de medicina da Universidade Estadual da Paraíba, numa chapa composta também pelo MR-8 e PSDB.

Cinco chapas concorreram à direção da UNE. A vencedora ficou com 19 cargos (incluindo o de presidente); a segunda, composta pelo PT, PSB e PPS, com 13 (entre eles o de secretário-geral); e a terceira, formada pela Convergência Socialista, Causa Operária e Partido da Libertação Proletária (PLP), com 5 cargos. Mais duas chapas concorreram, mas não elegeram nenhum diretor, por não conseguirem 5% dos votos: uma do PDT e outra anarquista.

Os temas polêmicos do congresso foram a política geral do governo e a política educacional, a posição da UNE frente à questão (ganhou, com grande maioria, a tese do "Fora Collor" e o engajamento da entidade na mobilização a favor da apuração total dos fatos pela CPI) e finalmente o ponto de maior discussão: a forma de organização da UNE, sua estrutura e seus estatutos.

A tese vencedora, encabeçada pelo PCDoB, é a favor da manutenção da estrutura e dos estatutos (apoiada também pela Convergência Socialista), muito criticados pelos petistas, que defendiam uma alteração "democratizante", através, principalmente, da regionalização (fazer congressos e direções estaduais) e participação das "executivas de cursos" (órgão específicos de cada federação - exemplo: de estudantes de Agronomia, Engenharia etc.) no Conselho Geral da UNE.

Para o ex-secretário-geral da UNE nas gestões de 1989 a 1991, Vítor Salazar, estudante de Agronomia da Universidade Federal de Pelotas e membro da Direção Nacional do PT, estas decisões vão manter a UNE desvinculada dos problemas dos estudantes, refletindo o marasmo do movimento estudantil. Segundo ele, a UNE precisa também mudar sua concepção, passando a negociar a política educacional, discutir a Lei de Diretrizes Orçamentárias com o governo e representar também os interesses dos estudantes de faculdades particulares, que procuram outros canais para lutar, por exemplo, contra as altas mensalidades.



A aventura continua

Aumenta a certeza de que os CIACs são parte de um projeto faraônico e inútil

A Comissão de Educação, Cultura e Desporto da Câmara Federal aprovou, no final de 1991, parecer contrário ao Projeto Minha Gente - Centros Integrados de Apoio à Criança/CIACs - propondo a suspensão da execução do projeto como um todo, por seu caráter improvisado e pela dimensão dos recursos envolvidos, US\$ 1,03 bilhão no orçamento de 1992.

Esse parecer serviu de base e justificativa para um projeto de decreto-legislativo, apresentado pelo deputado Alvaro Valle (PL/RJ), visando sustar a execução do projeto. O deputado Alberto Goldman (PMDB/SP), também com referência nas denúncias do parecer, tomou a iniciativa de uma representação junto à Procuradoria Geral da República, pois os gastos com os CIACs em 1991 - em torno de 64 bilhões de cruzeiros - não tinham nenhuma base legal para sustentá-los. Não constavam da Lei de Diretrizes Orçamentárias, nem do Orçamento de 1991 e foram transferidos de outros itens da lei orçamentária, tão ou mais importantes que este projeto e previstos legalmente.

Sem prejuízo desses encaminhamentos, entendeu a Comissão - por nossa iniciativa - convidar o sr. ministro da Educação, professor José Goldemberg, para que viesse à Câmara Federal prestar esclarecimentos e fornecer novos dados sobre a implantação do projeto neste ano de 1992.

CUSTO ENORME. São cada vez mais preocupantes as constatações de ausência de um projeto pedagógico de ensino em tempo integral, a falta de critérios claros e transparentes para definir as regiões e localidades que estão recebendo as unidades escolares e, principalmente, as alarmantes variações de custos desses centros comparados com o projeto original. Neste, o grande trunfo sempre alardeado era o baixo custo através de pré-moldados produzidos por "fábricas de escolas" regionais, onde o metro quadrado sairia a US\$ 280. Era o grande argumento do ex-ministro Alceni Guerra, primeiro responsável pelo projeto.

Como vinda à Comissão de Educação do novo responsável pelo Projeto Minha Gente, então nas mãos do Ministério da Educação, nossas dúvidas e desconfianças só se consolidaram.

Ouvimos do físico e professor José Goldemberg aquilo que tivemos oportunidade de alertar ao ex-ministro Alceni. Há uma grande dificuldade nos grandes centros urbanos - alvo principal do projeto - de disponibilidades de áreas de 1,6 ha, em torno de 16 mil m², para construção do módulo original. A "ciaquização" da rede tradicional, ou a flexibilização dos projetos, é inevitável e isso foi,



Lindolpho, ministro de Vargas, mestre de Brizola, que é apoiador de Collor, virou Ciac

publicamente, reconhecido pelo ministro em seu depoimento. Ora, com isso caem por terra alguns dos principais argumentos do projeto, que eram a construção em escala e o centro integrado. Se é para flexibilizar a localização, então o melhor é investir direto na rede já existente.

MARKETING POLÍTICO. Evidenciou-se, também, a ausência de um projeto pedagógico que embase uma experiência de educação em tempo integral. Não há por parte do MEC nem elaboração nesse sentido nem compromisso em sustentar a iniciativa, pois, após a construção, o prédio será entregue ao município, ao estado ou a "outras entidades" que não estão claramente identificadas.

Como vai se garantir que prefeitos e governantes ou "outras entidades" mantenham as escolas em tempo integral e o conjunto dos serviços (médico, odontológico, alimentação, assistência a gestantes, lazer à comunidade) que estão previstos nos CIACs?

Daí o caráter improvisado e aventureiro do programa, cujo objetivo verdadeiro é muito mais de marketing político do Governo Collor, e não de um projeto sério que responda aos reais problemas do ensino público: evasão, repetência, professores mal remunerados, falta de equipamentos básicos para funcionamento de uma escola e até ausência de condições mínimas de higiene e limpeza. Em pesquisa do IPEA (1986) constatou-se que apenas 27% das escolas da rede de 1º grau possuíam água corrente; 50% tinham banheiro dentro do prédio e em 25% não havia banheiro de espécie alguma.

Inquirido a fornecer os critérios para seleção das localidades onde estão sendo construídos os primeiros CIACs, o ministro limitou-se a dizer que são criteriosos e essencialmente técnicos, mas sem discriminá-los no conteúdo, apenas comunicando que 170 já foram liberados em vários estados do país. Desconhecemos que o

MEC tenha feito qualquer levantamento prévio para atender as regiões mais carentes, as que têm maior número de crianças sem escolas ou aquelas onde isso se combina também com a inexistência de serviços públicos na área da saúde, alimentação e lazer. Na mesma pesquisa do IPEA, as crianças no meio rural fora da escola são 58,7% no nordeste e 20,6% no sudeste, apenas para exemplificar o problema da desigualdade regional.

AUMENTA O PREÇO. O mais alarmante são os dados transmitidos pelo ministro Goldemberg sobre os recursos financeiros e os novos custos do projeto, o que fez aumentar nossa oposição a essa aventura.

No depoimento ministerial foi dito que do orçamento inicial de US\$ 1.038.919.000 já houve uma "programação", um novo eufemismo para o velho contingenciamento feito pelo Ministério da Economia, cortando em torno de 35% dos valores orçamentários de 1992.

Mesmo assim, são US\$ 679.332.000 à disposição do projeto, só que agora não mais para a construção dos mil CIACs que Collor e Alceni prometiam para 1992.

O ministro Goldemberg afirmou que para 1992 estão programados apenas 300 CIACs e seriam entregues, efetivamente, em torno de 250 unidades.

Mesmo admitindo que alguns destes serão "flexibilizados" para unidades maiores de 5.500 m² ou 6.300 m² e não os 4.600 m² do projeto inicial, fica uma interrogação não respondida. Se serão construídos em 1992, na melhor das hipóteses, de 250 a 300 CIACs, teremos um custo por unidade superior a US\$ 2 milhões.

Aqui reside uma questão central. O projeto original estabelecia custos de US\$ 280 por m², com área construída de 4.000 m². Agora, o custo para o módulo atual, não ampliado, é de US\$ 347 por m², numa surpreendente elevação, tornando o projeto de 12 salas de aula,

para 1.400 alunos, com 4.600 m², num valor de mais de US\$ 1,5 milhão. Isso sem nenhum custo de equipamentos, laboratórios e biblioteca e muito menos o terreno exigido do estado ou município.

Em competente artigo escrito nos cadernos SENE B n° 4 (ago/91), do próprio MEC, págs. 66/67, o prof. Jacques Velloso, um dos maiores estudiosos sobre emprego de recursos na área de educação, nos mostra que é impossível construir uma escola para 1500 alunos equipada com laboratório de física, química, biologia e biblioteca pelo custo de US\$ 432 mil, o que questiona diretamente o próprio argumento dos CIACs, que são seus custos baixos pela construção em escala.

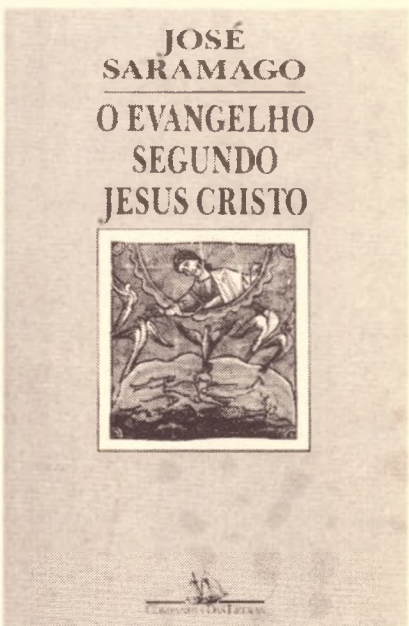
EXEMPLO DIFÍCIL. Estamos, pois, frente a um projeto que não se sustenta enquanto proposta educacional, pois esta não existe e será transferida para os estados e municípios, e agora, pelo que vemos, não tem também as vantagens de custos de construção. Poderíamos também agregar o verdadeiro fracasso de experiências anteriores onde a padronização de prédios e projetos arquitetônicos revelou-se um desastre em país continental como o Brasil. Não temos nenhuma dúvida de que as intenções do presidente Collor - se não forem apenas de marketing político - estarão melhor atendidas numa relação custo-benefício e numa perspectiva educacional se esses recursos forem colocados à disposição dos estados e municípios para aumento e melhoria da rede tradicional, inclusive ampliando experiências de ensino em turno integral e de atendimento médico-assistencial a crianças e jovens. Certamente diminuirão os lucros das empreiteiras, mas seria uma atitude exemplar.

RAUL PONT

Deputado Federal PT/RS e membro da Comissão de Educação da Câmara Federal

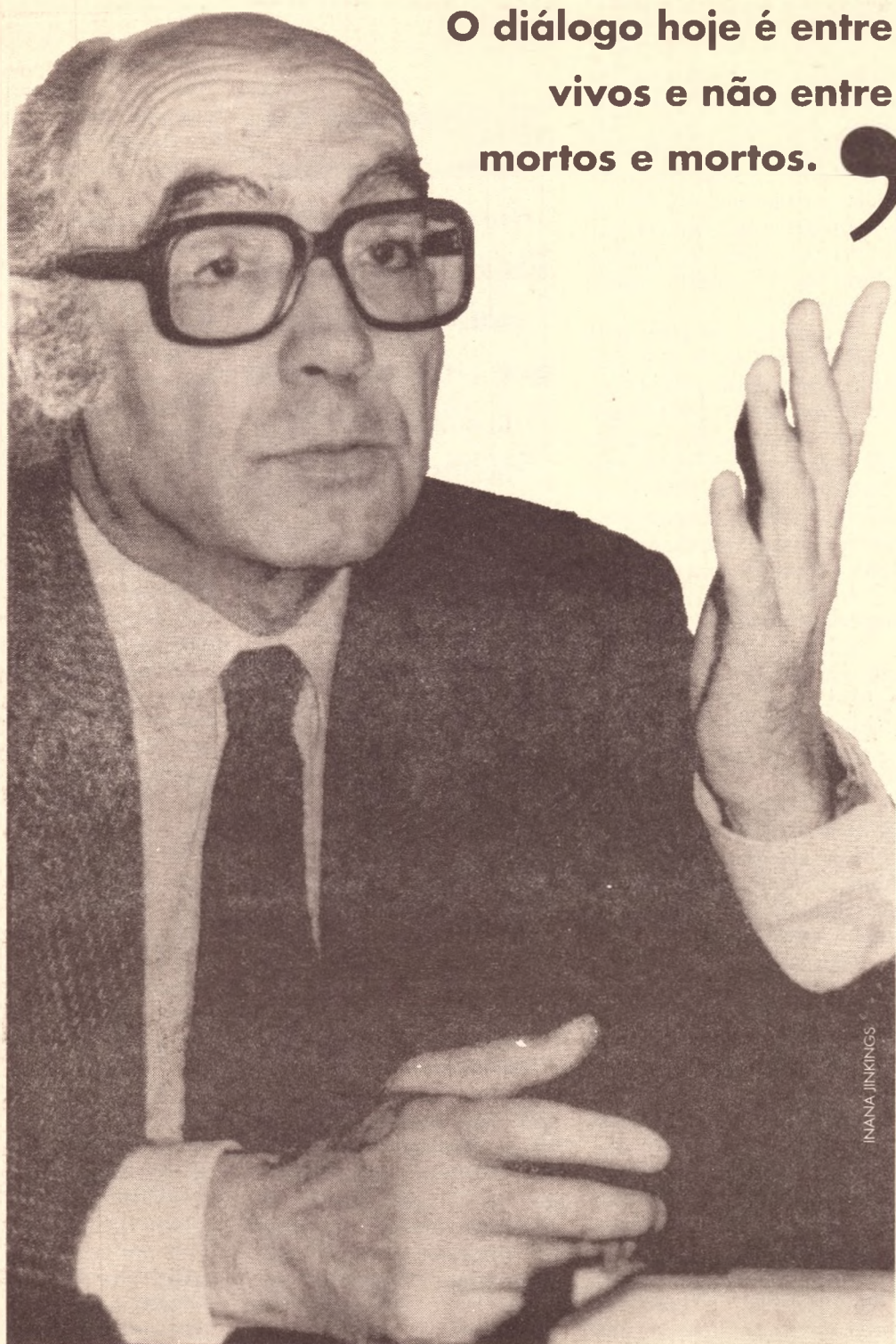
E
N
T
R
E
V
I
S
T
A

Aos 70 anos, ele chega à plenitude como escritor. Mestre maior da literatura portuguesa contemporânea, conhecido e respeitado em Portugal e no exterior, José Saramago, autor de Memorial do Convento, é hoje o romancista português mais traduzido no mundo. Comunista de carteirinha, ateu convicto, ele não parece surpreendido com as reações (em particular da Igreja Católica) ao seu O Evangelho Segundo Jesus Cristo que, entre outras "heresias", descreve Maria com um barrigão de nove meses e faz de Deus o vilão da história... A polêmica criada em torno do livro culminou, há pouco mais de um mês, na exclusão de O Evangelho... da lista de candidatos ao Prêmio Literário Europeu. Nessa entrevista, concedida no seu apartamento, em Lisboa, Saramago fala desse seu último livro e de outros anteriores. Fala também das suas convicções políticas, de Cuba e do ingresso de Portugal na Comunidade Econômica Européia. Tanto quanto seus livros, sua fala envolve, hipnotiza. É só conferir nesta entrevista a Ivana Jinkings



José Saramago

‘ A gente não pode carregar culpas que não são nossas. O diálogo hoje é entre vivos e não entre mortos e mortos. ’



Por que razão um escritor comunista e ateu escreveu um evangelho?

Bem, eu não escrevi um evangelho. O livro chama-se assim mas não é uma outra vida de Cristo, que possa colocar-se ao lado dos evangelhos propriamente ditos. Mas tendo ele nascido com esse título - e eu penso que não há nenhum mal nisso -, o livro chama-se *O Evangelho Segundo Jesus Cristo* e este é um título como outro qualquer. Quanto ao fato de um escritor comunista tratar de um tema desses, a verdade é que, apesar de comunista, vivo num mundo e numa cultura que foi toda ela formada e conformada com o cristianismo. De uma certa maneira pode-se dizer que todos nós somos cristãos.

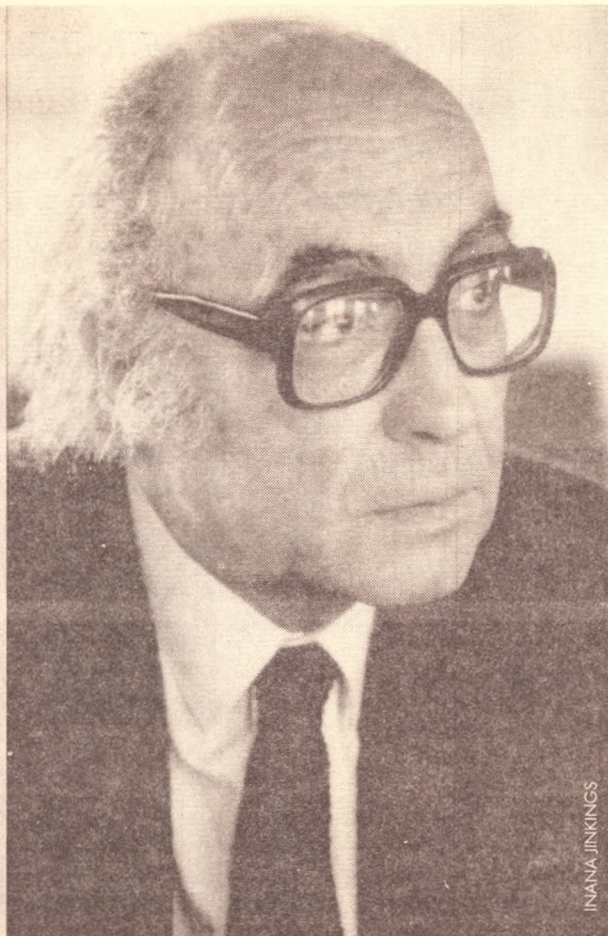
O senhor seria, então, um comunista cristão?...

No plano da mentalidade todos nós somos cristãos, vivemos dentro de uma civilização judaico-cristã que foi formada com um tipo de ética, uma rede ideológica que tem sua origem no cristianismo. Portanto, é perfeitamente natural que qualquer cidadão - seja ele comunista, socialista, liberal ou seja lá o que for -, em determinado momento de sua vida, venha a interessar-se por esse aspecto da realidade. Alguns representantes da Igreja Católica têm dito que, pelo fato de eu ser ateu, marxista e comunista, não teria o direito de escrever um livro deste. E eu suponho que tenho todos os direitos do mundo de escrever sobre tudo aquilo que eu entender.

Mas o senhor estava preparado para todas essas críticas? Porque, apesar de ser uma quase unanimidade enquanto obra literária, seu livro incomodou crentes (com a figura de Maria grávida, por exemplo), ateus (pela própria escolha do tema) e

até alguns comunistas, que prefeririam ver um Jesus mais socialista, mais parecido com o Jesus da Teologia da Libertação.

É verdade. Mas eu acho que há muita ingenuidade aí. Isso que nós chamamos de Deus e de Diabo são coisas que transportamos dentro de nossas cabeças. Há quem, por toda essa questão da Teologia da Libertação, gostaria de encontrar no livro um Jesus ao lado dos oprimidos, lutando pelos explorados. Eu creio que isso é pôr as coisas desejáveis no lugar das realidades. Quando eu trato Jesus como um homem que é empurrado por Deus para um certo destino, isso no fundo é uma maneira de desmistificar toda essa idéia que nós fazemos de um Deus criador, um Deus autoritário, um Deus pai, um Deus que governa. E mostro como, no exagero, isso pode levar a situações absurdas como criar-se ou inventar-se uma religião que está toda ela assente no sofrimento, na renúncia, nas lágrimas, no sangue e tudo aquilo que é negativo. Em vez de se levar para o homem o caminho da felicidade, da solidariedade, submetem-se constantemente o homem ao que se pode e ao que não se pode fazer, à punição, ao tribunal, ao juiz. Além daquilo que temos dentro de nós, que é nossa consciência, inventou-se uma espécie de supraconsciência que julga todos os nossos atos e nos espera para o tribunal não sei quando e para nos condenar, pelo visto em alguns casos, por toda a eternidade. Isto é de um absurdo tal que para demonstrar este ponto de vista aos meus leitores construo essa história que é a relação de Deus sobre um homem escolhido para ser sua vítima, com uma outra figura que é o Diabo, que está ali para nos dizer o que é que tem de factual.



INIANA JINKINGS

“A conclusão central é que não é possível construir o socialismo sem uma mentalidade socialista”

Agora, penso que são reações um pouco elementares dizerem os ateus que se o autor é ateu não devia falar de Deus, ou os crentes que dizem: “Já que ele falou de Cristo, então que falasse de uma maneira que fosse favorável”.

Mas independentemente da posição do clero, o senhor acha que alguns leitores, crentes, podem ter-se sentido ofendidos?

Sim, sobre isso não tenho dúvidas. Já sabia desde antes, quando estava escrevendo o livro, que ele iria chocar e ofender muita gente.

Sua intenção era então dar uma “sacudida”, mesmo, nesse tipo de leitor?

Não, não, longe de mim ter a intenção de chocar ou de ofender. É a própria história contada que inevitavelmente teria de chocar e ofender crentes, mas sem que isso signifique que o autor teve essa intenção. Se nós falarmos de ofensa, e penso que agora que estamos a comemorar os descobrimentos é bom lembrar que, quando as caravelas espanholas e portuguesas iam encontrar ou descobrir outros povos, povos que tinham suas religiões, suas crenças, acontecia sempre isto: em cada caravela ia um frade, que a primeira coisa que fazia quando encontrava essa gente era dizer-lhes que “Vosso Deus é falso e eu trago-lhes aqui o Deus verdadeiro”. Isto é também uma ofensa, ninguém tem o direito de chegar ao pé de outra pessoa e dizer-lhe que o seu Deus é falso. Em nome de quê? De que verdade? Portanto, se

vamos falar de ofensas, eu diria que a Igreja Católica em muitos atos de sua vida e de sua atividade não fez mais do que ofender os outros. E se os crentes, os católicos, se sentem ofendidos agora, o que é que eu posso fazer?

Como todo bom comunista o senhor simpatiza com o oprimido e antipatiza claramente com o opressor. A parcialidade do autor fica muito evidente no livro.

É claro... (risos), eu espero que fique mesmo. Em toda essa história se há um vilão esse vilão é Deus e se há uma vítima, uma pobre vítima que é empurrada por Deus para o lugar do sacrifício, essa vítima é Jesus, que para mim é um homem como qualquer de nós, como Maria, Maria Madalena e José. Todos somos homens e todos somos mulheres. Acontece que inventamos deuses, vivemos sob o temor dos deuses e depois tentamos criar um deus

Em toda essa história, se há um vilão esse vilão é Deus e se há uma vítima, essa vítima é Jesus.

que não seja temor mas que seja amor..., e andamos nesse vai-vém, sem saber realmente que pessoas que somos, não é? Mas como não sou nem filósofo, não sou mais que um romancista, estas reflexões eu faço pela única via em que posso ter alguma competência, alguma autoridade, algum saber que é, enfim, o romance.

O senhor acha que se tivesse escrito esse livro anos atrás, no tempo da Inquisição por exemplo, o seu destino poderia ser o mesmo que o do Baltasar Sete-Sóis (personagem de “Memorial do Convento” que é jogado à fogueira)?

Pois sim, isso aconteceria com toda certeza. Mas olha, as coisas não estão assim tão diferentes. Não quero dizer que cheguem à execração pública, à queima do livro ou à queima do autor, enfim, a isso não chegaremos, mas já que se fala tanto de direitos humanos espero que pelo menos uma parte dos respeito aos direitos humanos me abranja. Mas a verdade é que a exclusão de *O Evangelho...* da lista de candidatos ao Prémio Literário Europeu (concedido anualmente pela CEE, para o qual são designados candidatos dos 12 países que compõem a Comunidade) foi um ato discricionário, um veto político e administrativo que no fundo não fica muito aquém das fogueiras.

A exclusão foi feita pelo secretário de Estado da Cultura, sr. Souza Lara, não? O que ele alegou para vetar o livro?

Ele simplesmente afirma que este livro não representa Portugal. Mas eu não sei de nenhum detalhe, fiquei sabendo de tudo pelos jornais como todo o resto das pessoas.

Foi-se a Inquisição e agora importam o fundamentalismo...

Exato, pois se é verdade que não estamos ateando fogo ao livro ou ao José Saramago, a verdade é que este ato é um ato inquisitorial, completamente inaceitável.

Mudando de assunto, e de livro, a escolha de um heterônimo de Fernando Pessoa como personagem em “O ano da morte de Ricardo Reis” é uma homenagem ao mestre?

Não, não é uma homenagem, eu não escreveria com certeza um livro movido por esse tipo de sentimento. O Fernando Pessoa é o grande poeta que nós todos conhecemos mas... não, não foi nada como uma homenagem.

Mas o senhor não acha, como grande parte dos intelectuais de esquerda, que Pessoa era reacionário?

Não, essas coisas são importantes, de fato, no nosso dia-dia, mas depois o tempo pas-

José Saramago nasceu no ano de 1922, na aldeia ribatejana de Azinhaga, Portugal. Filho de camponeses, antes de se tornar escritor foi tradutor, jornalista e editor. Hoje, vive de escrever. Está casado - pela terceira vez - com a jornalista espanhola Pilar del Rio, com quem mora no bairro lisboeta da Estrela. É presidente da Assembleia Geral da Associação Portuguesa de Autores e membro do Partido Comunista Português (PCP), cuja editora, a Editora Caminho, publica todos os seus livros.

Seus romances mais conhecidos são: *O Evangelho Segundo do Jesus Cristo, O Ano da Morte de Ricardo Reis, Memorial do Convento, A Jangada de Pedra e Levantado do Chão*. Mas além de romances ele publicou crônicas (*A Bagagem do Viajante*), contos (*Objeto Quase*), poesia (*Provavelmente Alegria e Poemas Possíveis*) e textos para teatro e novelas.

sa e isso tudo tem de ser visto e encontrado à luz dos acontecimentos subseqüentes, à luz da história e do próprio processo de críticas. Portanto, não vale a pena dizer se Fernando Pessoa é ou não reacionário, a idéia do meu livro não tem, de fato, o que ver com isso. De resto, o livro nasceu de uma idéia súbita, não sou pessoa de programar muito meus livros.

E por que o Ricardo Reis e não o Alberto Caeiro, por exemplo?

O caso de Ricardo Reis é uma idéia que me veio de repente - eu nem andava a pensar em Pessoa. E se é Ricardo Reis e não outro, foi, digamos, por uma relação que vem desde a adolescência, uma relação muito particular, muito especial com esse heterônimo, desde que li algumas de suas odes e lembro de ter ficado deslumbrado com a beleza formal e com alguns conceitos. Mas ao mesmo tempo havia qualquer coisa que me irritava um pouco em Ricardo Reis.

Uma certa indiferença, talvez?

É tudo aquilo que ele veio a condensar naquela ode que começa com “Sábio é o homem que se contenta com o espetáculo do mundo...”. De maneira que havia essa espécie de contradição. Digamos da contradi-

Isto que nós chamamos de identidade nacional é uma coisa que ao mesmo tempo varia e se mantém. É evidente que um processo como esse que está a correr com a integração europeia vai ter conseqüências a curto prazo muitíssimo fortes, nisto da identidade nacional e em outros planos - no político, a soberania nacional. É na minha opinião a Europa não passa de um conselho administra-

Romper o cerco internacional que se está a fazer a Cuba é inadiável. Há uma hipocrisia mundial no que se refere a Cuba.

tivo governado pelos países mais fortes. E o resto é retórica. No fundo mantêm-se as relações de poder no seu interior.

Porque, apesar de formalmente organizada de uma outra forma, a Europa repete hoje esquemas anteriores, mantém todo o aparato militar da OTAN...

E não só o militar. Os pequenos países vão continuar, e serão sempre cada vez mais, subordinados a uma lógica centralista, de centralização de poder econômico, financeiro, militar, e que vai ser orientado como no caso das grandes empresas, em que os pequenos acionistas não estão lá para dizer outra coisa a não ser sim. Resistem naquilo que podem mas acabam sempre por fazer o que os mais fortes mandam. Mas aquilo que o *Jangada...* tenta mostrar não é tanto a separação da Europa, é certo que o livro é, e isso eu confirmo, o testemunho de um acontecimento histórico. A Europa não nos legou importância ao longo desses séculos e é como se nós disséssemos: Bem, vocês não nos legaram importância, então nós vamos embora para outro lugar. Mas isto é uma leitura óbvia demais e a questão que está aí é outra e tem que ser vista à luz exatamente do lugar onde a Península Ibérica, depois de fazer aquela viagem toda, vai se fixar, que é entre a África e a América do Sul. Portanto, o objetivo é mostrar que nós, os peninsulados, temos raízes, temos laços culturais e lingüísticos justamente nessa região. Então digamos que fazer da Península Ibérica uma jangada nessa direção seria a proposta que o autor faz nesse livro, que é renovar o diálogo com esses povos irmãos. Mas sem qualquer intuito de neocolonialismo, se o entendimento que algumas pessoas fazem é esse, é um perfeito disparate e não há nada no livro que fundamente essa interpretação. É, pelo contrário, um diálogo en-

Eu creio que de todos os meus livros se pode fazer uma leitura política, ainda que não seja esse o objetivo de nenhum deles.

ção no caso dele mas também de contradição minha, porque, se por um lado me interessava muito aquela poesia, por outro me irritava seu autor.

E por isso o senhor resolveu matá-lo...

Exatamente... Digamos que *O ano da morte...* não resolve nenhuma dessas contradições mas é o lugar onde eu pretendi, para além do mais que o livro tenha - e tem mais coisas -, dizer ao Ricardo Reis: Sábio é o homem que se contenta com o espetáculo do mundo? Se tu achas isso, aqui tens o espetáculo do mundo que é o ano da tua morte, o ano de 1936.

Todo mundo sabe que o senhor nunca teve simpatia pelo ingresso de Portugal na CEE. Aquela coisa meio fantástica do afastamento da Península Ibérica do resto da Europa, em “Jangada de Pedra”, mostra no fundo a vontade de que isso acontecesse de verdade? Portugal e Espanha perdem muito de sua identidade com a integração?



tre iguais, entre gente que se conhece, e nas coisas que são comuns. E do ponto de vista cultural e lingüístico sabemos que tudo aquilo que nasceu ali, pelo bem e pelo mal (sei que levamos coisas boas, coisas más, coisas terríveis), enfim, levar um povo a outro povo coisas boas e coisas más, coisas terríveis e coisas magníficas é da história dos homens, porque os homens é que são terríveis e são magníficos. E, portanto, é inevitável o sofrimento, o sangue, o genocídio, porque o homem não é bom, pronto! Houve um crítico espanhol que disse certa vez uma coisa inteligente. Que ler este livro como apenas que a Península Ibérica separou-se da Europa é muito pouco. Que o livro deve ser entendido como se a Península Ibérica fosse uma espécie de rebocador, que tenta arrastar a Europa para o sul, tirá-la para um diálogo novo, uma compreensão nova e de uma certa maneira uma descoberta nova, dos povos que têm sido, enfim, dominados, explorados. E não vale a pena guardar ilusões, não foram, ou melhor, não são os colonizadores portugueses e espanhóis que dominam a América Latina hoje. Portanto, não vale a pena atirarem pedras nos nossos antepassados dos séculos XVI, XVII, XVIII e mesmo do século XIX.

Eu fiquei com a impressão, aqui em Portugal, que para além da simpatia com que as pessoas tratam os brasileiros existe um sentimento quase paternal. Assim meio como quem se sente culpado por ter colonizado.

Pois é, existe esse sentimento sim. Mas vou te dizer que eu acho isso péssimo. Porque é reconhecer uma culpa que não temos. E a gente não pode andar a carregar culpas que não são nossas. O diálogo é entre vivos e não entre mortos e mortos. Eu verifico que isso acontece muito, que é uma espécie de má consciência que faz com que nós andemos como que a pedir desculpas. É possível até que tenhamos que pedir desculpas, mas das nossas culpas de hoje e não das culpas do século XVI, essas não têm remédio. Não temos de carregar nas costas as culpas de nossos pais e avós.

As pessoas costumam apontar "Jangada de Pedra" e "Levantado do Chão" como seus livros mais políticos. O senhor concorda com isso?

É possível que sejam, sim. Digamos que o *Jangada de Pedra* tenha uma leitura imediata, que

A Igreja Católica em muitos atos de sua vida e de sua atividade não fez mais do que ofender os outros

é uma leitura política. Não é por acaso que o autor decide tirar a Península Ibérica de onde ela está e levá-la para outro lado. Portanto é um livro que nesse aspecto tem uma leitura política mais imediata. O *Levantado do Chão* também, pelo próprio tema, onde é perfeitamente explícita a relação do senhor e do servo, de explorador e ex-

plorado. Mas eu creio que de todos os meus livros se pode fazer uma leitura política, ainda que não seja esse o objetivo de nenhum deles. É que, sendo eu um homem política e ideologicamente muito definido, seria impossível que as minhas idéias ou as minhas preocupações não passassem para aquilo que eu faço, mesmo que o tema não seja obviamente político.

O senhor se sente muito pressionado por essa definição ideológica? É difícil fugir da propaganda fácil, do realismo socialista?

Não, no plano estético o meu comportamento de escritor não se subordinou nunca a preceitos, a regras de escola. Diz-se, por exemplo, que o tema de *Levantado...* faz dele um livro próximo do chamado realismo socialista, mas a verdade também é que o tratamento do tema não tem nada a ver com isso.

Ele é o único dos seus livros que se aproxima do realismo socialista, não é?

Sim, se há algum é só esse. Quanto à outra pergunta, nunca confundi minha postura ide-

Na minha opinião a Europa não passa de um conselho administrativo governado pelos países mais fortes

ológica com qualquer obrigação de escrever de acordo com um modelo, com uma regra. Não aceito nem os dez mandamentos da Igreja Católica nem os dez mandamentos, se os houvesse, que me viessem do partido. Eu não conheço no meu partido - que eu respeito, e se não o respeitasse eu não estaria lá - qualquer autoridade, qualquer competência no domínio literário ou estético. Não reconheço, ainda que isso possa insultar alguns dos meus companheiros, dos meus camaradas.

Quem são os contemporâneos brasileiros que o senhor tem lido, os que gosta mais?

Não ando muito a par do que se tem feito ultimamente mas gosto de muitos escritores brasileiros. Gosta-se mais de uns por uma coisa, gosta-se mais de outros por outra coisa, enfim, agora mesmo acabei de ler o *Romance Negro*, do Rubem Fonseca, e achei alguns contos magníficos. Posso também falar da Lígia Fagundes Teles, do Ignácio de Loyola, Nélida Piñon. Li recentemente o *Estorvo*, do Chico Buarque, achei-o muito bem escrito, de uma invenção notável.

E entre os seus, existe um preferido?

Não sei, é difícil dizer. Eu tenho um fraco pelo *O Ano da Morte*. Não sei por que razão, se me perguntarem não sou capaz de dizer. Mas também é verdade que tenho uma ligação muito forte com o *História do Cerco de Lisboa*, e enfim, com este último também.

O personagem central do "História do cerco..." é um revisor que comete um terrível erro. Alguma vingança pessoal?

Não, não, até que não. Eu

tenho uma revisora magnífica que nunca me fez uma maldade dessas e portanto não tenho qualquer razão de queixa. Pelo contrário, nesse caso o revisor é elemento positivo porque, sendo o revisor por definição o conservador do texto, este ao contrário é subversível, altera o texto e portanto altera tudo

Não aceito nem os dez mandamentos da Igreja Católica nem os dez mandamentos, se os houvesse, que me viessem do partido.

quanto vem depois, a história de Portugal.

Com essa crise toda do Leste, com a queda do chamado socialismo real, como anda sua convicção de comunista?

A minha convicção se mantém inalterável. Estamos diante de um desastre, que alguns de nós não vimos a tempo, não compreendemos a tempo e, sobretudo, não criticamos a tempo. Mas disto tudo penso ter tirado algumas conclusões e uma delas, a conclusão central, aquela que do meu ponto de vista é a mais importante, é que não é possível construir o socialismo sem uma mentalidade socialista. E hoje está aí, diante dos olhos: olhamos para os antigos países socialistas e verificamos que do ponto de vista cívico, do ponto de vista moral, da ética, da convivência dos cidadãos uns com os outros, o socialismo não modificou em nada a mentalidade das pessoas, não as orientou.

Mas também não é verdade que para haver uma mentalidade socialista é preciso que existam condições objetivas, uma vivência socialista?

Sim, é certo. Sem as condições materiais, de educação, que levarão à criação da mentalidade socialista. Mas se nós colocarmos a situação dessa maneira encontraremos num problema sem solução. Se dizemos que por um lado não é possível construir o socialismo sem uma mentalidade socialista e por outro lado dizemos que para que exista uma mentalidade socialista é preciso o socia-

lismo, então ficamos paralisados como um burro entre dois fardos de palha, um burro com fome que fica paralisado porque não sabe se há de comer o fardo de palha desse lado ou do fardo de palha do outro lado. Na minha opinião, é preciso que isto a que eu chamo de mentalidade socialista pre-exista. Houve um tempo em que nós pensávamos que esta capacidade de apreensão dos fenômenos do mundo, da sociedade, nos levaria à nossa mentalidade. Nós colocávamos tudo isso na classe operária, mas hoje penso que deve haver uma reflexão mais abrangente.

Dos partidos comunistas?

Mas sem converter os PCs em outra coisa. Um PC é um PC e se não é isso deixa de ser isso, passa a ser outra coisa, como no caso da Itália, em que não se sabe o que é aquilo em que se transformou o PCI. O que eu acho é que a criação de uma mentalidade socialista é de fato indispensável para que não se repitam os erros, as falhas, os crimes, os desastres que nós tivemos que assistir ao longo desses 70 anos. Tudo por uma posição demasiado idealista - provavelmente é - mas a verdade é que, se não existir essa mentalidade, nunca teremos o socialismo.

Existe algum movimento de intelectuais portugueses de solidariedade a Cuba?

Não. Cuba neste momento, não se fala dela. São poucas as pessoas que se interessam por Cuba, são raríssimas as que saem em sua defesa. No fundo é assim: quando as revoluções estão no auge os intelectuais aderem muito, juntam-se muito. Aqui, nos anos da Revolução - e até antes dela, nos tempos do fascismo - Cuba para os intelectuais era uma espécie de farol. Agora já toda a gente se cansou e no fundo julgo que estão todos à espera da sua liquidação.

Mas o senhor não acha que nesse momento é vital o apoio a Cuba, independentemente inclusive de qualquer crítica que possa ser feita ao governo de Fidel? O que está em jogo não é a dignidade do socialismo?

Sim, sem dúvida. Romper o cerco internacional que se está a fazer a Cuba é inadiável. Há uma hipocrisia mundial no que se refere a Cuba que é de fato vergonhosa, mas pelo menos aqui não há maneira de romper. Mas é evidente, alguma coisa precisa ser feita, e logo.



O OUVIDOR GERAL

META-CHANTAGEM. Diz o mestre Aurélio que chantagem é "ato de extorquir dinheiro, favores ou vantagens a alguém sob ameaça de revelações escandalosas". Ora, o envolvimento no "esquema PC" visava ao mútuo favorecimento e vantagens recíprocas. Há aí uma utilização "turva" dessa palavra, a menos que se prove que PC tentou de fato extorquir dinheiro de alguém para não revelar de público o envolvimento ilícito. Segundo me consta, jamais passou pela cabeça do personagem revelar o que quer que seja. O caso apontaria mais para "interrupção" da desejada influência. Então, por que "chantagem"?

META-CORRUPÇÃO. A palavra "chantagem", assim deslocada, cria a imagem de um poder público apodrecido, que "extorque" da iniciativa privada o que ela não desejaria dar, se entregue à própria "natureza". Ora, o exame da corrupção no Brasil leva à inevitável conclusão de que ela começa no setor privado e aí termina. Os casos de corrupção se agravaram pela ampliação de uma ideologia "privatista" dentro da área pública, onde atos que antes se consideravam anti-éticos passaram a ser vistos como "normais", como agora expõe candidamente o personagem: afinal, diz, muito do que fiz não é o que todo mundo faz? Mas reconhecer o ciclo privado-público-privado no círculo da corrupção é duro para setores da imprensa envolvidos numa feroz campanha de privatização do espaço público no Brasil. Daí, modestamente, o "chantagem".

LIBERALISMO SELVAGEM.

Causa preocupação o editorial do Estadão de 9 de junho pp., sobre o episódio da acusação contra Paulinho Paiaçã de estupro e outras violências contra estudante. Se provada sua realização, os atos de Paiaçã merecem repúdio em qualquer cultura, em qualquer lugar, e o autor, condenação. Mas daí o editorial parte para sofisticadas reflexões sobre civilização e barbárie: "Não é à toa que o Descobrimento da América vem sendo comentado (...)" Pergunta o editorial: "teria sido melhor deixar tudo como estava em 1492?" Depois, falando do que diz serem os "prestigiosos" povos da floresta: "Eles são hoje nações dentro da Nação". O Estado sempre alardeou seu liberalismo. Daí, de certo modo, ser este "liberalismo" tão desligado, às vezes, de seus próprios princípios liberais, com os apoios decididos a golpes de estado, repressões bárbaras, sempre que o mundo dos interesses, maior que os dos princípios, o exige. A este olhar, por vezes, "índios" somos todos nós, que não rezamos a cartilha do "progresso ocidental", baseado no individualismo capitalista. É impossível, de resto, dizer se era melhor ficar tudo como antes de 1492. Mas é certo que do lado de cá tanto os povos como as florestas eram mais felizes, mais povos e mais florestas.

FLÁVIO AGUIAR

OS ENCONTROS SECRETOS

O corpo básico de Brasília é como um avião; e saindo pela ponta da Asa Norte se vai para o setor das mansões onde há muitos anos está a Casa da Dinda, a antiga residência do senador Arnon de Mello, hoje residência oficial de seu filho, o presidente Fernando Collor.

É terça-feira, 9 de junho, o dia está terminando. Deixando a Asa, surge uma paisagem ondulada, com modestos vales por onde correm as águas de vários córregos e riachos que junto com o rio Paranoá vão formar o lago que envolve os braços da cidade.

Estamos em busca da famosa casa do PC Farias, o homem que há pouco depôs no Congresso, figura poderosa, amigo e tesoureiro das companhas do presidente há vários anos. Temos o endereço, na linguagem típica da cidade: Setor Mansões, Lago Norte, Quadra 9, conjunto 2, casa 4.

ESCOLHA DOS MINISTROS. De manhã já tínhamos estado nessa busca. A razão: PC Farias e o presidente negam que mantenham um esquema de reuniões secretas. No Congresso (veja matéria nas páginas 7 e 8), PC disse que Collor jamais esteve nesta casa. Mas nós temos uma foto, publicada nos jornais *Folha de S. Paulo* e *Jornal do Brasil* no dia 15 de janeiro de 1990, logo depois da primeira viagem do presidente eleito aos EUA, com Collor saindo de um atracadouro de uma casa próxima à Casa da Dinda. Queremos ver se a casa de onde Collor saiu é a casa de PC Farias. Sabíamos que PC Farias tinha comprado uma casa perto da Casa da Dinda. Se Collor realizou ali uma reunião, PC está mentindo. E mentindo em relação a algo grave. Nossos informantes garantem que a foto de janeiro de 1990 foi tirada na casa em que Collor fez a última reunião para a definição dos nomes dos ministros militares de seu governo. A foto foi tirada no domingo, 14. Embora domingo, Collor está de terno. E, de fato, no dia 17 de janeiro, três dias após a reunião, Collor anunciou os nomes dos ministros das Forças Armadas. Se a casa da reunião é a de PC temos uma prova eloquente da



Em baixo, à direita, a foto do atracadouro da casa de PC Farias tirada pela reportagem do *Brasil Agora*. Na foto maior, Collor sai desse cais, no dia 14 de janeiro de 1990, após reunião na casa de PC. Collor escondeu esses encontros e PC mentiu na CPI, negando que tivesse ocorrido.

confiança política e dos segredos na relação Collor-PC.

Só que a visita pela manhã terminara controvertidamente. No endereço, que já tínhamos, um corpulento cidadão - com um *walkie-talkie*, sem paletó mas de gravata, de quando em quando falava "alô base, alô base" - nos diz que ali mora o fazendeiro José Augusto Medeiros, de Mato Grosso. O cidadão, que se diz "caseiro", maranhense de nome holandês (Raijaark), diz depois que a casa é alugada e o dono é o empresário da construção civil de Brasília, amigo do presidente e deputado federal, Paulo Octavio.

A CONFIRMAÇÃO. Na CPI, Paulo César Farias havia desmentido seu estranho caseiro: confirmara o endereço que tínhamos como o de sua casa em Brasília, registrada em nome de uma de suas empresas, a EPC

Participações. Nossa volta ao local visava, especialmente, identificar o atracadouro e a possibilidade de uma ligação, distante do olhar dos jornalistas, com a Casa da Dinda. O colunista Jânio de Freitas, recentemente, disse em sua coluna na *Folha* que PC conhecia uma entrada secreta da residência do presidente que lhe permitia chegar a ela sem ser visto pela imprensa.

"Raijaark" não nos recebe como antes, quando foi duro, mas cortês. Está agitado. Não abre o portão para sair e nos atender. Aproximamo-nos, então, do portão, rindo e dizendo a ele que seu patrão o desmentira na CPI. Ele não quer conversa.

A casa está movimentada. E, surpresa nossa: lá estão o famoso PC, seu irmão Augusto Farias, seu advogado Antônio Cláudio Mariz e uma outra pessoa que, à primeira vista,

nos pareceu ser o deputado e líder do bloco governista Luís Eduardo Magalhães. (Depois, vendo a lista de presenças na sessão do Congresso, realizada à mesma hora, constatamos a presença do deputado na sessão.)

MESMO ATRACADOURO. Nosso objetivo maior, no entanto, é o atracadouro. Damos a volta na casa, pela direita, por um terreno baldio, ladeado pela cerca viva da residência.

E, chegando ao final, à beira do lago, lá está. O mesmo atracadouro da foto, com certeza. Pouco adiante, as bóias do semi-círculo de segurança que cerca o cais da Casa da Dinda. Mais para dentro, divisada por sobre as árvores, a biruta, o sinalizador de ventos que orienta o helicóptero que presi-

dente usa para ir ao Palácio do Planalto.

AMEAÇA DE AGRESSÃO. Feita a prova, queremos fotografar o interior da casa, através dos buracos naturais da cerca. Fracasso: não só "Raijaark", mas também um outro cidadão igualmente robusto - e agressivo - nos manda à merda e diz que não permitirá fotos, ameaçando nos agredir.

Batemos em retirada. Vamos até a Casa da Dinda, para medir melhor a distância entre as duas. São 13 lotes. Aproximadamente uns 30 metros de frente cada um. Collor e PC, com as águas do Paranoá a unílo, estão a menos de 500 metros um do outro.

RAIMUNDO RODRIGUES PEREIRA

EUGÊNIO NOVAES / AF

MARIA TEREZA

EXTRA! EXTRA! ÍNDIO
É ACUSADO DE
ESTUPRAR MOÇA!
ESTUPRO... QUE COISA MAIS
CIVILIZADA, PAULINHO!?



BRASIL AGORA

ENFIM UMA OBRA
COM O NOME CERTO: CANAL
DA MATERNIDADE, ONDE
TODO MUNDO MAMA!

